



Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e quatro minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Vitor Manuel Ferreira Ramalho (PS), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

### Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) **Período da Ordem do Dia**
  - 1. **Deliberação n.º 333/2024 – Proposta n.º 25/2024 – GAP – Protocolo de cooperação entre o Município de Setúbal e a Construção Pública, E.P.E. no âmbito da habitação pública e respetivos contratos interadministrativos para a sua execução**
  - 2. **Deliberação n.º 334/2024 – Proposta n.º 08/2024 – GADSEA – Plano Municipal de Ação Climática de Setúbal**
  - 3. **Deliberação n.º 335/2024 – Proposta n.º 65/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Campos Rodrigues, ao Bairro Trindade, em Setúbal**
  - 4. **Deliberação n.º 336/2024 – Proposta n.º 66/2024 – DAF/DURB – Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção em exploração de 2 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal, Concurso Público N.º13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP – Incumprimento de contrato de concessão - Aplicação de sanções**
  - 5. **Deliberação n.º 337/2024 – Proposta n.º 67/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à aquisição e instalação de contentores destinados à deposição de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) e de hardware e software para controlo de acesso aos contentores, e de compostor comunitário (2.ª fase), no âmbito da candidatura de Recolha**

- Coletiva de Proximidade de RUB – Setúbal – POSEUR - 03-1911-FC-000247 - Concurso Público N.º 01/2021/DAF/DICOMP/SECOMP**
6. **Deliberação n.º 338/2024 – Proposta n.º 27/2024 – DOM/DIHAB – Acordo de princípio para promoção de projetos-piloto no âmbito da nova geração de cooperativismo para a promoção de habitação acessível**
  7. **Deliberação n.º 339/2024 – Proposta n.º 28/2024 – DOMDIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito-Reabilitação de Habitações e Alojamento Provisório, no Bairro Forte da Bela Vista, em Setúbal**
  8. **Deliberação n.º 340/2024 – Proposta n.º 29/2024 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito-Reabilitação de Habitações e Alojamento Provisório, no Bairro da Bela Vista, em Setúbal**
  9. **Deliberação n.º 341/2024 – Proposta n.º 63/2024 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 31/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para concessão de exploração de um terreno municipal para a remodelação, modernização e exploração dos campos desportivos do Choilo, em Azeitão – Adjudicação**
  10. **Deliberação n.º 342/2024 – Proposta n.º 64/2024 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 26/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de implementação do Projeto Bairros Comerciais Digitais – Setúbal**
  11. **Deliberação n.º 343/2024 – Proposta n.º 83/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Competições desportivas 2024**
  12. **Deliberação n.º 344/2024 – Proposta n.º 84/2024 – DCDJ/DICUL – São Domingos Futebol Clube / São Domingos a Bombar – Apoio financeiro**
  13. **Deliberação n.º 345/2024 – Proposta n.º 86/2024 – DCDJ/DICUL – Festas do Senhor Jesus do Bonfim 2024 – Apoio financeiro**
  14. **Deliberação n.º 346/2024 – Proposta n.º 87/2024 – DCDJ/DICUL – Repartição de bilheteiras – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
  15. **Deliberação n.º 347/2024 – Proposta n.º 88/2024 – DCDJ – Moto Clube de Setúbal – Apoio financeiro para a construção da nova sede social**
  16. **Deliberação n.º 348/2024 – Proposta n.º 89/2024 – DCDJ – Grupo Desportivo “Os Amarelos” – Apoio financeiro para obras na sede social**
  17. **Deliberação n.º 349/2024 – Proposta n.º 90/2024 – DCDJ – Centro Ciclista Azeitonense – Apoio financeiro para reabilitação de sede social**
  18. **Deliberação n.º 350/2024 – Proposta n.º 106/2024 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição – Processo N.º 32/23**
  19. **Deliberação n.º 351/2024 – Proposta n.º 107/2024 – DURB/DIGU – Emissão de parecer desfavorável a PIP para operação de loteamento – Processo N.º 39/22**
  20. **Deliberação n.º 352/2024 – Proposta n.º 108/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações – Processo N.º 393/22**
  21. **Deliberação n.º 353/2024 – Proposta n.º 109/2024 – DURB/GAPRU – Indeferimento do projeto de arquitetura – Obras de ampliação e alteração do edifício – Processo N.º 199/22**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

## A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 4;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura e Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 5;

### 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Vereador Vitor Ferreira** – Disse que um munícipe que residia no Bairro da Liberdade, terá identificado aquilo que parecia ser um ninho de vespas asiáticas, o que seria preocupante. O referido munícipe queixou-se e terá feito vários telefonemas. Em caso de identificação de ninhos de vespa asiática questionou o senhor Presidente a quem deveriam contactar e sugeriu que fosse fornecida a informação aos munícipes setubalenses.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que os Vereadores do Partido Socialistas foram contactados por alguns pais da EB n.º 4 dos Pinheirinhos, alertando para a situação de caos provocado pelos automóveis junto à porta da escola, na rua Henrique Costa Neves. Os pais referiam existir situações que se assemelhavam quase ao “Tetris” e estacionavam onde conseguiam, incluindo em cima dos passeios para poderem deixar os filhos na escola e nas manobras de marcha-atrás para saírem da rua era uma sorte não existirem atropelamentos, para além das discussões entre encarregados de educação. A rua em frente ao portão de entrada da escola era de dois sentidos e na ótica de alguns pais não era uma solução vantajosa, pelos engarrafamentos e pelo transtorno que causava em horas ponta.

Os pais pretendiam que o departamento competente da câmara avaliasse soluções alternativas para melhorar a situação, avaliando a possibilidade de a rua passara a ter um único sentido e que fosse descendente e que só se pudesse parar junto à vedação da escola para entregar as crianças e trazê-las no término da escola. Seria importante avaliar a possibilidade de a partir da passadeira ao cimo da rua colocada uma placa de trânsito que indicasse que não se poderia estacionar, mas sim parar durante “X” tempo, para entregar e receber os passageiros.

Chamou a atenção para o estacionamento abusivo no Largo da Misericórdia, porque era um obstáculo à mobilidade que encontravam no dia a dia enquanto utilizadores da cidade e que se agravava.

O Largo da Misericórdia era um local impróprio para estacionar, desrespeitava gravemente quem tinha mobilidade reduzida e para quem passeava, condicionava as cargas e descargas dos estabelecimentos. Os carros quase se misturavam com a esplanada da Capri e quase se colavam às escadas que davam acesso à Cruz Vermelha.

Aquela situação ignorava por completo o Código da Estrada, evidenciava falta de civismo e cidadania por parte de quem ali estacionava, eventualmente para fugir ao estacionamento tarifado. Setúbal era uma cidade maravilhosa para todos, mas para quem circulava nas calçadas e em alguns espaços, como o Largo da Misericórdia, tornava-se penoso e mais penoso seria para quem utilizasse cadeira de rodas ou carrinho para crianças.

Setúbal em alguns locais tornava-se inacessível.

Disse que foram contactados por uma munícipe que solicitava a intervenção urgente na limpeza dos passeios da urbanização da Quinta da Amizade, na zona adjacente ao



equipamento Voar Mais Alto da Associação Batista Shalom, alertando que naquela zona específica existiam muitas obras em moradias e prédios, o que levava a que o lixo daquelas obras estivesse constantemente a ser depositados junto dos contentores e dos passeios, com impactos nocivos para o meio ambiente.

Referia igualmente a necessidade de limpeza de alguns dos terrenos existente na zona, cujos proprietários não o fizeram de acordo com a legislação em vigor.

Alertou para o aparecimento de pragas, especificamente de baratas na via pública e consequentemente no interior das habitações, alertando para a urgente intervenção no controlo de pragas.

Relativamente às pragas, o mesmo alerta tinha sido feito pelos moradores do Vale Ana Gomes e da Quinta da Serralheira.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que receberam naquela tarde, no gabinete dos vereadores do PSD, por e-mail, dirigido também a outros gabinetes da câmara, uma carta da concessionária do estacionamento tarifado “DATAREDE”. A carta datada daquele dia, foi registada com aviso de receção e dirigida ao senhor Presidente, levantava uma série de questões jurídicas relativamente a decisões tomadas, no que dizia respeito àquilo que era a execução do contrato tarifário. Não exatamente sobre aquilo que gostavam, que seria reduzir o espaço tarifado na cidade, mas sobre a alteração no estacionamento subterrâneo a realizar na Avenida Luísa Todi, que fora proposto e aprovado em reunião de câmara, bem como da contrapartida prevista no Largo José Afonso que passou a ser noutra local do concelho.

Não sabia se o senhor Presidente já tinha tido ocasião de ler a carta, mas na sequência daquilo que toda a oposição pediram era importante que fizessem um ponto de situação sobre a relação com o concessionário do estacionamento tarifado, para perceber exatamente o que se iria passando.

A carta referia que estariam numa situação que iria para além do pré-contencioso, que poderia levar a uma situação em que as partes iriam dirimir as suas dúvidas em tribunal.

Disse ser importante que tivessem segurança naquilo que iam fazendo. Não estaria a colocar em causa aquilo que foram as posições da Câmara Municipal, mas lendo aquele documento, era importante que os serviços da câmara ou o jurista que acompanhava aquele processo, lhes dessem o devido respaldo relativamente ao mesmo, sabendo antecipadamente quais seriam os passos que o executivo CDU pensava tomar relativamente ao assunto.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que o senhor Presidente fizera no início da semana, a apresentação a uma comunidade educativa em Azeitão, de um potencial projeto para a construção de um novo edifício para a Escola Básica 2/3 de Azeitão.

Um conjunto de boas intenções, que registavam positivamente, ao contrário do que acontecera na Dom Manuel Martins, cuja opção do executivo passava pela construção de um pavilhão ao lado da escola, negando aos alunos da Escola Secundária Dom Manuel Martins a possibilidade de praticarem desporto no inverno, em dias de chuva.

Ao contrário do que acontecera na Dom Manuel Martins aquele projeto já incluía um pavilhão desportivo, coisa que a escola EB 2/3 de Azeitão também não tinha dentro das suas instalações, pelo que registavam positivamente essa intenção.

Disse que se tratava de um conjunto de boas intenções, porque o senhor Presidente afirmou naquela apresentação que a CMS não tinha capacidade para dar resposta. Aquilo que tinham da parte do senhor Presidente era a apresentação de um projeto ou uma intenção de projeto, uma promessa que tinha como respaldo uma afirmação de que “*consigo não seria possível torná-la numa realidade*”. Continuará sempre por ser uma questão de fazer escolhas.

O investimento numa escola era sempre prioritário, muito mais prioritário do que o dinheiro que o município investiu no IMAPARK ou na Praça de Touros Carlos Relvas, equipamentos que também tinham um conjunto de boas intenções por de trás e que estavam naquele momento numa situação de profundo abandono.

Disse que seria prioritário fazer um investimento numa escola do que incluir num financiamento de médio e longo prazo, verba para realizar a reabilitar um espaço que poucas



semanas antes tinha sido decidido transformar na nova de contrapartida, ao abrigo do anexo 9, da concessão de estacionamento tarifado à superfície.

Se com o senhor Presidente a nova escola não passava de um conjunto de boas intenções, na realidade, a partir de 2025, aquelas boas intenções com uma nova governação naquele município seriam uma realidade e os alunos de Azeitão teriam finalmente uma resposta com qualidade, que lhes permitisse ter condições, nomeadamente naquilo que era a sua prática desportiva, iguais àquelas que tinham os outros alunos das outras escolas do concelho à exceção da Dom Manuel Martins, por opção exclusiva do executivo CDU.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não iria falar das dezenas e dezenas de projetos e de investimentos anunciados e prometidos pelo senhor Presidente e pela sua antecessora durante 23 anos, não iria falar sobre os hotéis de 5 e 6 estrelas, nem sobre a Cidade Desportiva, sobre o projeto de Macau Legend assinado em Macau ou sobre a Cidade do Conhecimento anunciada com fotografias na Câmara Municipal, assim como também não iria falar no Terminal 7, na criação da Marina, nem do Wave Park.

Não valeria a pena, porque estariam em fim de ciclo e tanto o executivo como a CDU já tinham percebido. Disse que iria falar da gestão corrente da Câmara Municipal de Setúbal, daquilo que qualquer Câmara Municipal estaria obrigada a fazer e que estaria relacionado com o cuidar da cidade.

Solicitou ao senhor Presidente que terminasse o mandato com alguma dignidade, por essa razão tentavam ajudá-lo para que terminasse o mandato com dignidade, em que a cidade continuasse a ser cuidada.

Disse que não lhe iria pedir pontos de situação sobre os milhões de euros prometidos em termos de investimento.

Aquilo que faziam nas reuniões de câmara era identificar situações de gestão corrente, que não mereciam levar a que todo o executivo fosse tirar fotografias quando era colocado um pouco de alcatrão ou quando arranjavam uma calçada, porque seriam ações normais de qualquer Câmara Municipal ou de qualquer junta de freguesia.

Não se percebia como três anos após ter assumido a presidência da Câmara Municipal e de ter trazido a reunião de câmara os problemas cada vez mais evidentes, a Rua da Nova Jardía e a Rua da Padaria continuavam por reparar. O senhor Presidente não conseguia justificar a incapacidade de 23 anos resolver os problemas, certamente viria justificar outra vez aquilo que foi a gestão do PS há 24 anos.

Gostaria que o senhor Presidente continuasse naquele caminho, porque estaria a levar para o caminho que a sua bancada pretendia, continuando com aquele tipo de justificação.

Disse que as estradas das ruas da Nova Jardía e da Padaria abateram e que por essa razão a Câmara ou os Serviços Municipalizados colocaram sinalização para identificar os vários buracos onde a estrada abatia. Os sinais já não chegavam, naquele momento existiam ramadas de árvores na estradada a sinalizar os condutores, alertando para a existência de um determinado buraco.

A Rua da Padaria e Rua da Nova Jardía precisavam de uma intervenção, não poderiam continuar como estavam. O mesmo acontecia na Rua dos Trabalhadores em Azeitão e na Rua General Humberto Delgado. Disse que iria fazer chegar fotografias, porque havia uma necessidade de intervenção urgente.

Os carros da Amarsul recusavam-se a passar naquela estrada, sendo que chegaram queixas à Câmara Municipal e nada tinha sido feito. Na Rua da Florex foi necessário abrir um rouço para fazer uma intervenção numa conduta, junto ao restaurante da Tia Gracinda dos Leitões, decorridos 20 dias as coisas continuavam na mesma e diariamente passavam naquela rua dezenas de automobilistas.

Aquilo já não era cuidar da cidade, aquilo já era fazer nada. Poderiam trazer muito mais exemplos e certamente que o iriam fazer nas próximas reuniões de câmara.

Na última reunião de câmara, através da vereadora Patrícia Paz, trouxeram uma série de situações que consideravam de intervenção urgente, sendo que as referidas intervenções



foram executadas, por essa razão alertaram para a situação daquelas ruas, para que na próxima reunião de câmara pudessem dizer que foi tudo reparado.  
Alertou para urgência de intervenção naquelas ruas de Azeitão.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Questionou o senhor Presidente se já tinha algum ponto de situação relativamente ao regulamento do IMT Jovem ou estava-se à espera que fosse aprovado na Assembleia da República, para que entrasse em vigor a nível nacional. Provavelmente terá deixado vencer-se pela inércia.

Decorreram muitos meses desde novembro, o regulamentar estava pronto há imenso tempo, tinha recentemente consultado o site do município e o mesmo não estava para consulta pública. Não conseguia perceber o porquê.

Disse que abordaram aquela questão, não havia resposta, não era entendível. Disse que agradecia que esclarecessem a questão.

Questionou se nada iria ser feito e se iria ficar à espera que fosse implementado em todo o país.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse haver algumas questões das quais gostaria de dar resposta. Relativamente à primeira questão colocada pelo senhor Vereador Vítor Ramalho, informou que aquilo que o munícipe deveria fazer era comunicar com a Câmara Municipal, através do Departamento de Ambiente, porque era o Departamento de Ambiente que tinha a obrigação de identificar, se seria ou não um ninho de vespa asiática.

Disse que fizeram algumas sessões de esclarecimento através das redes sociais, para haver uma diferenciação daquilo que era a vespa europeia e a vespa asiática e também para que as pessoas não facilitassem, porque o contacto com as vespas asiáticas poderia ser muito perigoso. Se o senhor Vereador Vítor Ramalho tivesse a morada onde tinha sido detetado um possível ninho e pudesse-lhe entregar, daquele modo solicitaria aos respetivos serviços para que pudessem tentar perceber diretamente. Caso seja fosse vespa asiática a câmara teria que atuar se fosse vespa europeia não se atuava.

Todos aqueles ninhos eram sinalizados através de uma plataforma que era SOS Vespa Asiática, uma plataforma do ICNF que ia fazendo o mapeamento da progressão daquela espécie invasora no nosso território. Muitas das vezes acontecia que alguns locais eram quase inacessíveis aos trabalhadores da câmara ou à empresa contratada para aquele efeito.

Muitas das vezes eram necessários outro tipo de meios, como barquinhas ou plataformas elevatórias, outras vezes os ninhos estavam alojados nas casas das pessoas.

Disse que tiveram um caso junto das Irmãs Carmelitas, muito complexo de resolver.

Agradecia que o senhor Vereador fizesse chegar a morada, para confirmar se já existia o registo nos serviços da câmara.

Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz, sobre a questão dos Pinheirinhos, que o mesmo também acontecia noutras escolas.

Disse que juntaram às escolas alguns problemas graves nas horas de ponta. Para além da questão da consciência das pessoas havia sítios onde teriam que tomar outras medidas.

Referiu que iriam avançar na escola Luísa Todi, já estando previsto com o novo urbanizador poder fazer ali uma tomada e largada de crianças de forma diferente daquilo que se verificava atualmente e nos Pinheirinhos a coordenadora já lhes colocou o problema, certamente que os serviços estariam a avaliar. Talvez a senhora Vereadora Rita pudesse ter outra informação. Nem mesmo quando se estabelecia o sentido único na respetiva rua se resolvia o problema, dando como exemplo a Escola da Areias que era numa rua de sentido único e no momento da tomada e largada de crianças, os carros estacionavam nos dois lados e tornava-se complicada a circulação.

Tratava-se de um problema que existia em vários estabelecimentos de ensino, os quais teriam que ser vistos caso a caso.

Disse que não resistia em fazer um comentário relativamente aquilo que foi a intervenção do senhor Vereador Joel Marques, relativamente à apresentação do projeto da Escola de Azeitão e à comparação com o facto de não existir na Escola Dom Manuel Martins.

Aquilo que a câmara fazia em relação àquelas quatro escolas era muito mais do que alguma vez o Governo fizera em todos aqueles anos em que as referidas escolas existiam.

Disse ser da responsabilidade do Governo Socialista, porque foi aquele que tivera mais anos a governar o país, que pela incapacidade de resolver os problemas das escolas transferiram para as autarquias.

Relativamente à escola Dom Manuel Martins, o senhor vereador Joel Marques sabia, uma vez que já tinha informado em reunião de câmara, que o executivo CDU propusera que o pavilhão da escola Dom Manuel Martins fosse integrado na listagem de escolas a requalificar, aquando da celebração realizada entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios.

Aquilo que tinha sido transmitido à Câmara Municipal, era que aquele tipo de equipamentos nunca seria financiado no âmbito das requalificações, assim como novas escolas.

Há mais de 25 anos, quando a escola foi feita e durante muito tempo, o Governo do Partido Socialista tivera a oportunidade de fazer a obra e nunca fizera.

A intervenção do senhor Vereador Joel Marques não era correta, porque não se podia pedir a uma câmara Municipal, qualquer ela que fosse, que em dois anos fizesse aquilo que não tinha sido feito em 50 ou mais anos, uma vez que existiam escolas do concelho de Setúbal que tinham mais anos e com graves problemas.

Aquele tipo de intervenção certamente que não iria ajudar, aquilo que iria ajudar seria disponibilizar verbas para requalificar as 451 escolas. Disse ser lamentável usar aquela questão dizendo que a câmara não iria requalificar ou não iria construir o pavilhão, porque fizera outros investimentos.

Questionou quais foram os outros investimentos que o Governo fizera ao longo de 50 anos, em vez de andar a requalificar as escolas e em vez de fazer pavilhões.

Disse que foram opções políticas do Governo do Partido Socialista ao longo de muitos anos. Seria de assinalar que aquele processo de requalificação das escolas, independentemente das dificuldades enormes que a transferência de competências viera-lhes causar, estaria a seguir o seu caminho e aquela Câmara Municipal bem como outras câmaras é que teriam que resolver os problemas deixados pelo Ministério da Educação para requalificação das escolas.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse depreender das palavras da senhora Vice-Presidente, que era por incapacidade dos Governos que a Administração Central optara por fazer uma transferência de competências para os municípios, se calhar era por incapacidade de gestão das câmaras municipais que se faziam delegação de transferência nas juntas de freguesia, não seria por ser mais fácil resolver os problemas em proximidade.

Disse ser importante recordar que quem decidira a localização do novo pavilhão das Manteigadas foi o atual executivo, não foi nenhuma Administração Central, nem um governo do PS, nem do PSD, nem nenhum outro Governo. Na realidade, quem decidira iniciar um projeto para a construção de um pavilhão ao lado da escola e não na escola, como o Partido Socialista defendera diversas vezes em reunião de câmara foi o executivo CDU. Querer misturar assuntos não iria resolver o problema, o problema era uma incapacidade gritante de gestão.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse existir uma grande baralhação da parte do Partido Socialista, mas percebiam que assim fosse, quando falava na requalificação do parque escolar, em particular do parque escolar da cidade de Setúbal. Seria uma interessante analogia pegarem nas palavras do senhor Vereador Fernando José sobre o tempo que ele considerava que não houve intervenção da parte da CDU e multiplica-o por três, naquilo que era a falta de intervenção e de visão estratégica da parte do Partido Socialista sobre o parque escolar.

Estarem a falar de requalificação do parque escolar, quando o estado de degradação a que as escolas do município de Setúbal atingiram, que parte substantiva implicava um ónus de

dificuldade do seu normal funcionamento e cujo diagnóstico estava previamente identificado por todos os que eram responsáveis pela sua intervenção na resolução, era de uma demagogia que não poderiam aceitar.

Disse que assistiram por mais diferentes vezes que o Partido Socialista tentava das mais diferentes formas, pretender responsabilizar a Câmara Municipal por aquilo que não conseguiram fazer e não tendo conseguido assumir aquela responsabilidade.

Em política não ficava mal, quando se assumia a responsabilidade de dizer “*nós não somos capazes de resolver este problema*”.

Questionou sobre o que o Partido Socialista tinha a dizer sobre a Escola Secundária do Bocage durante décadas. Questionou sobre o que o Partido Socialista tinha a dizer sobre a Escola EB 2/3 do Bocage, em que foram retirados funcionários, porque não podiam estar a funcionar nas instalações. Perguntou se seria a Câmara Municipal que resolveria em dois anos, aquilo que o Partido Socialista não pretendia investir.

Questionou sobre o que o Partido Socialista teria a dizer sobre a falta de investimento e visão estratégica relativamente a Azeitão. O Partido Socialista não conseguia dizer nada, porque o Partido Socialista, à corrida no âmbito do PRR, considerara legíveis para requalificação as escolas, que por via do Orçamento do Estado, mas que ao longo de décadas não conseguiu intervir. Seria bom que se dissesse que não foi possível face ao estado de degradação do parque escolar, que durante décadas não tivera intervenção substantiva.

Certamente que o Partido socialista iria dizer, que no período da Ministra Maria de Lurdes fizeram o parque escolar, pelo que sugeriu aos Vereadores do Partido Socialista que verificassem o estado de degradação das escolas intervencionadas por via do parque escolar em Setúbal e que vissem as consequências das respetivas obras.

Bem sabiam das coisas que não correram bem em termos do funcionamento do parque escolar. Quando pretendiam que outros assumissem a responsabilidade, não seria de todo mau, que naquela matéria tão relevante para a vida dos nossos jovens, que o Partido Socialista assumisse a sua responsabilidade.

Sobre a questão do pavilhão pensava que o senhor Vereador Joel Marques, que era uma pessoa informada que, de uma vez por todas percebesse a diferença do que era um pavilhão que tinha um propósito enquadrado num equipamento escolar, comparado com um pavilhão que teria outro propósito e que estava projetado para as Manteigadas, sobretudo na sua articulação com o restante equipamento existente.

O executivo CDU fez em estreita articulação com o movimento associativo da cidade, dando a compreender aquilo que eram as necessidades mais prementes das diferentes modalidades e para quem acompanhava permanentemente, fosse no município fosse em outros municípios vizinhos, aquilo que era a prática desportiva recorrente de diferentes modalidades do pavilhão, certamente que perceberia com grande velocidade a diferença objetiva do que era ter um pavilhão que poderia servir a comunidade educativa em contexto de escolar ou um pavilhão que tinha que servir outro propósito que seria a atividade de competição, dando enquadramento a centenas de jovens atletas das mais diferentes modalidades.

O Partido Socialista pretendia fazer uma manobra de diversão, em que a Câmara Municipal iria construir um pavilhão naquele espaço, podendo construir um pavilhão da escola, o pavilhão que os seus Governos já poderiam ter construído, mas que não o fizeram, devendo ser a câmara a fazê-lo. O pavilhão das Manteigadas tinha um propósito que era claro, que nem deveria merecer aquela permanente inquietação ou aquele questionamento permanente da parte do senhor vereador Joel Marques.

O mesmo seria uma mais-valia e ao ter falado com pessoas ligadas ao desporto da cidade de Setúbal, as mesmas reconheciam unanimemente a importância de deter dois pavilhões acoplados.

Ainda no anterior fim de semana enquanto se realizava a Arrábida CUP houve em conversa estreita com os seus intervenientes, de que seria demonstrativa a potencialidade de que o pavilhão iria trazer para a modalidade de ginástica ou para um conjunto de outros eventos, que acoplação daqueles dois pavilhões iriam permitir para a cidade.



O senhor Vereador Joel Marques continuava a querer esgrimir um argumento, que face à incapacidade durante décadas se ter constituído um equipamento desportivo na escola, pretendia justificar aquela responsabilidade.

Não seria correto, mas sim uma baralhação tremenda pretender confundir o pavilhão da escola Dom Manuel Martins com o pavilhão projetado para o território das Manteigadas.

Para quem acompanhava permanentemente o desporto sabia o quanto era muito complicado, ao percorrerem o país de lés a lés, verificarem as dificuldades que os clubes tinham em circunstâncias como aquelas que os senhores gostariam de projetar, que seriam coisas completamente diferentes. Bastava ver as dificuldades que tinham determinados pavilhões de escolas para a realização de algum nível de competição, nomeadamente na homologação por parte de determinadas federações.

Disse falarem de equipamentos distintos e que não deveriam fazer daquilo um exercício de demagogia.

Uma coisa seria o pavilhão das Manteigadas projetado com um determinado fim, um determinado propósito, de acordo com o diagnóstico da realidade daquilo que eram as necessidades do desporto, outra coisa seria a necessidade objetiva que a escola Secundária Dom Manuel Martins tinha, de um pavilhão para a prática desportiva no quadro daquilo que era a sua atividade escolar.

Eram coisas distintas e que não deveriam ser confundidas.

**Sr. Vereador Vitor Ferreira** – Enquanto cidadão de Setúbal e como contribuinte, não conseguia enjeitar aquilo que era reconhecer, que a Administração Central, quando construía escolas ao longo dos últimos 50 anos, as devia ter construído completas, com o respetivo pavilhão escolar.

Referiu que enquanto docente lutara muito nas comunidades educativas e nas autarquias e também junto da Administração Central parar a construção de escolas completas, o que na realidade não aconteceu, como seria o caso da escola de Azeitão e da escola de Dom Manuel Martins. Disse que teria sido o melhor, mas o caminho seguido não foi aquele.

Disse que quando se tentava justificar, era uma opção política que respeitava com base naquilo que era o resultado de uma eleição democrática, quem tinha sido eleito para gerir o concelho tomava as suas decisões, as quais discordavam.

O facto de se construir numa escola um pavilhão adaptado ao desporto de alta competição não significava que a escola não pudesse utilizar o pavilhão. Caso o pavilhão fosse construído fora do espaço da escola iria ser utilizado pela escola. O facto de o pavilhão ter determinadas características adaptadas ao desporto de alta competição não iria impedir que as escolas o utilizassem. O facto daquele pavilhão ser construído no espaço anexo à escola facilitava aquilo que era o trabalho da comunidade escolar.

Não se lembrava que a natureza tivesse construído no rio Sado a pensar na escola, no entanto, o rio Sado era utilizado na vela, na canoagem para a formação dos mais jovens e por professores da comunidade setubalense.

Não se lembrava de os campos de ténis serem construídos a pensar nas escolas, terão sido construídos a pensar na alta competição, mas que as escolas também utilizavam.

Não se lembrava de os campos de golfe serem pensados exclusivamente para a alta competição, mas também eram utilizados pelas escolas.

Se corressem o país de norte a sul, do interior ao litoral, iriam encontrar pavilhões que estavam nas escolas que eram utilizados na alta competição. Disse poderem desculpar-se sempre com os erros dos outros, porque os outros cometiam erros, mas não valia a pena dizer que a comunidade escolar não estava preparada para utilizar um pavilhão “XPTO” para a alta competição. Construir um pavilhão “XPTO” para a alta competição não poderia ser feito anexo a uma escola “por quê!”.

Referiu ser uma opção política de quem podia tomar a opção. Não valeria a pena vir dizer, que construir um pavilhão preparado para a alta competição não pudesse ser feito anexo a uma escola, quando era suposto que a escola o pudesse utilizar, embora os meninos



tivessem que se deslocar, estando o referido equipamento a 100 m, 300 m, 500 m ou 1.000 m.

Disse conseguir identificar o que estava mal e o que poderia ter sido mais bem-feito, no entanto, não valeria a pena “*tapar o sol com a peneira*”. Qualquer professor do país na área da educação física conseguia utilizar um pavilhão feito para a alta competição trabalhando com os seus jovens alunos.

Disse ser possível identificar no país, grandes e extraordinários pavilhões que eram anexos às escolas e eram utilizados na alta competição. A opção de ter feito fora do espaço da Dom Manuel Martins era uma opção política, que resultava de quem poderia decidir. Não valeria a pena chamar ignorantes aos outros, porque isso não era verdade e era uma opção política.

Podia ter sido feita uma opção de construir um pavilhão com todas as características extraordinárias que ficasse anexo à escola Dom Manuel Martins, servindo a comunidade educativa, servindo o associativismo e o desporto setubalense. Tina sido uma opção que estava tomada, mas que o povo a julgaria.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Informou o senhor Vereador Vítor Ferreira que desconhecia onde se tinha baseado para fazer a tão apropriada intervenção, mas com todo o respeito e com toda a candura demonstrava alguma ignorância. Com todo o respeito iria dizer o porquê.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que naquelas reuniões de câmara o senhor Presidente permitia que se insultasse com facilidade.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que não tinha insultado.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que não se lembrava de ter feito uma intervenção que tivesse insultado algum dos seus colegas da vereação. Disse que foi sistematicamente insultado, fosse por uma bancada, fosse por outra bancada e ninguém dizia nada, mas depois falavam em liberdade de expressão.

Várias intervenções impercetíveis.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Informou o senhor Vereador Vítor Ferreira que ninguém o insultou. No entanto, deveria ter o mesmo propósito quando tantas vezes a bancada do Partido Socialista insultava por palavras e adjetivos as bancadas dos seus adversários e nunca viu o senhor Vereador Vítor Ferreira tão revoltado, quando terá utilizado a palavra “ignorante” ou se a “ignorância sobre o assunto” o deixou tão incomodado, quando em outros momentos já assistiram por parte da bancada do Partido Socialista dirigirem-se a vereadores daquela câmara, da mesma forma que acabou de ser feito.

A intervenção do senhor Vereador Vítor Ferreira demonstrava desconhecimento sobre aquilo que estava na base relativamente à proposta do pavilhão das Manteigadas, porque aquela construção projetada iria possibilitar à cidade de Setúbal a realização e acolhimento de um conjunto de eventos, que não seria possível no formato defendido pelo senhor Vereador Vítor Ferreira.

A acoplação de dois equipamentos iria permitir a realização eventos internacionais. Assistindo àquilo que surgiu naquele fim de semana rapidamente percebiam, que naquele conjunto de provas, ter pavilhões acoplados permitiriam a transição rápida para o espaço onde estaria montada toda a dinâmica de uma atividade.

Certamente que se tratavam de opções. Disse ser uma grande baralhação, porque a responsabilidade de ao longo de décadas não ter sido feito um pavilhão naquela escola, não era do município de Setúbal, mas seria do Ministério da Educação, que nada fez.

Disse que os senhores Vereadores baralharam, ao dizer que deveriam construir o pavilhão noutra local. Até poderia não ser nas Manteigadas, mas do ponto de vista estratégico para o desenvolvimento da prática desportiva, o entendimento do executivo CDU, naquele local seria um valor acrescentado para o desporto.



Aquele pavilhão não iria ser construído só da ideia peregrina das pessoas do executivo municipal, mas também no estreito diálogo com o movimento associativo, que iria ser parte ativa naquele processo e que tinha concordância com aquele formato. Disse serem opções políticas com objetivos para aquilo que era sobretudo o desenvolvimento da cidade.

**Sra. Vice-Presidente** – Informou o senhor Vereador Joel Marques, relativamente à questão da transferência de competências, que cada órgão devia ter as suas competências. As competências não deveriam ser transferidas por favor, nem com meios “mais ou menos”. O senhor Vereador já tinha colocado em reunião de câmara a questão relativamente às juntas de freguesia e aquilo que devia ter acontecido seria uma verdadeira assunção das competências, quer pelas câmaras municipais, quer pelas juntas de freguesia, naquilo que eram as variadas áreas, não tendo que existir transferência de competências. Felizmente as nossas juntas de freguesia tiveram uma transferência de competências com meios e recursos apropriados, infelizmente não poderiam dizer o mesmo relativamente às competências que vieram do Governo.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse ser profissional de educação física, sendo a sua formação de base durante muitos anos.

Atualmente os profissionais de educação física e as suas associações lutavam contra os pavilhões escolares como instrumentos de prática de educação física. Lutavam por salas próprias para a prática de educação física e por pavilhões próprios para a prática do desporto.

A solução que houve de encontrar o pavilhão escolar que também servisse a comunidade, não resolvia convenientemente o problema. A maioria dos professores de educação física ao longo dos anos, adquiriram doenças profissionais, sobretudo nas cordas vocais determinadas pela forma como em pavilhões onde se realizavam as aulas com duas turmas, que os obrigava a ter que gritar para se fazerem ouvir.

A questão da educação física era uma questão que passava pela falta de salas adequadas para a prática da educação física, tal como as salas adequadas para o ensino da matemática e da física, tal como os laboratórios adequados para a prática laboratoriais nas nossas escolas.

A questão do pavilhão que poderia servir as duas realidades estaria relacionada com a prática desportiva, que diferia da prática de educação física e que teve soluções diversas.

Ao longo dos anos acompanhou a construção de vários pavilhões desportivos, os quais tinham soluções e padrão iguais no Algarve onde fazia calor, bem como em Trás-os-Montes onde fazia frio, sendo de uma grande gravidade e agressividade para as crianças e para os professores pela falta de condições adequadas.

Disse ser necessário encontrar uma política educativa adequada que olhasse para a educação física como uma disciplina de grande valor, essencial ao desenvolvimento das crianças, que tinha que ter o seu espaço próprio de prática e em simultâneo olhar para a prática desportiva, que era uma atividade diferente da prática de educação física, para que as crianças e jovens prosseguissem as suas atividades.

Não havia soluções padrão, não havia soluções que fossem as mais adequadas só na base de pavilhões. O que estava errado de fundo ao longo de décadas, dito por profissionais de educação física, em reclamações, em congressos, em seminários, quer em Portugal, quer no mundo inteiro, identificavam a educação física como sendo uma atividade nobre no sistema de ensino, com um espaço próprio e encontrando formas mais adequadas no procedimento da prática desportiva, quer em termo escolar, quer em termo pós-escolar.

A opção tomada tinha em conta o movimento desportivo, o movimento associativo, o desporto que estava em forte desenvolvimento no concelho de Setúbal, era uma opção política e uma opção focada no processo de desenvolvimento desportivo. Faltava ao Ministério da Educação, mesmo com a transferência de responsabilidades, assumir as responsabilidades



que nunca assumira, com a construção das salas adequadas, construindo pavilhões adequados e não competia aos municípios fazê-lo.

Disse ser importante que ficasse claro, para que não andassem num “ping-pong” estranho, que a questão da educação física era uma questão nacional. Portugal era o país europeu com mais obesos, 33% das crianças eram obesas e 73% dos portugueses eram obesos, com excesso de peso e excesso de gordura e 70% dos portugueses não faziam nenhuma prática de atividade física. Aquele era um problema de fundo do Estado português, um problema de fundo do direito ao desporto do direito à cultura física e era um problema constitucional que competia ao Estado resolver em conjunto com as Autarquias. “Tapar o sol com uma peneira” a pretexto de uma ação concreta, A, B ou C era ludibriar as pessoas à volta da questão de fundo, que era garantir a saúde dos portugueses através da prática da atividade física e do desporto.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz, sobre o estacionamento irregular no Largo da Misericórdia, que o mesmo representava falta de civismo, falta de cuidado, falta de responsabilidade por parte de quem o fazia, nomeadamente para com os peões de mobilidade reduzida.

A câmara em articulação com a PSP tinha em várias artérias da cidade solicitado a intervenção da PSP, para que aquelas situações não acontecessem, mas não se conseguia resolver tudo de imediato, nem com os recursos da PSP e muito menos que os automobilistas que prevaricavam tomassem consciência daquela situação, com o cuidado ao próximo estacionando em locais indevidamente.

Disse que o problema na escola dos Pinheirinhos, não era um problema particular, mas um problema de vários estabelecimentos de ensino.

Há alguns anos, muitos dos alunos do ensino básico se deslocavam a pé com as suas famílias, atualmente utilizava-se muito mais o transporte individual, sendo que aquelas situações de conflito eram presentes na escola dos Pinheirinhos e noutras escolas.

Conforme a disponibilidade de espaço público teriam de encontrar soluções paliativas, sendo que o processo passava por inverter como acediam àquele tipo de equipamentos, com o reforço no transporte público e com a criação de melhores condições de acesso pedonal.

A Rua Henrique Costa Neves era uma rua transversal na cooperativa, seria provavelmente a Rua Professor Egas Moniz que estaria muito sobrecarregada e ainda mais sobrecarregada pela obra que decorria no hospital e antecipava-se que ficaria ainda mais sobrecarregada, porque o estacionamento no hospital deixaria de estar disponível com a nova intervenção, questão acautelada junto dos projetistas e do próprio hospital em fase de apresentação do projeto à câmara.

Mas se continuarem a manter os padrões de mobilidade em transporte individual, nunca iria responder às necessidades dos utilizadores.

No início da manhã seriam entre 150 a 200 pais e se todos fossem de carro não haveria condições para criar 200 lugares na envolvente da escola e provavelmente em nenhuma das escolas.

Em resumo, disse que estariam a ser avaliadas medidas mitigadoras, mas que não resolviam a questão de fundo, sendo que a questão de fundo teria que ser resolvida por outras medidas complementares.

**Sr. Presidente** – Agradeceu a informação apresentada pela senhora Vereadora Patrícia Paz, relativamente a um conjunto de situações que certamente os serviços iriam avaliar e ver a melhor forma de resolver.

Disse que já tinha sido referido o caso da escola dos Pinheirinhos, o caso do Largo da Misericórdia com o estacionamento abusivo e também a situação na urbanização da Quinta da Amizade que era um problema idêntico nas três urbanizações. Gostasse ou não pela forma como foram licenciadas aquelas urbanizações, eram coisas que ainda não se resolveram e que se iriam perpetuar no tempo, enquanto aquelas urbanizações existissem tendencialmente se agravaria a situação. Havia quem não percebesse aquela situação, em



que determinadas opções urbanísticas perpetuassem ao longo de dezenas e dezenas de anos.

No entanto, agradecia à senhora vereadora ter colocado a questão, porque era uma situação conhecida e nunca era demais estarem atentos às questões colocadas identificadas.

Relativamente à carta da DATAREDE que o senhor Vereador Paulo Calado referiu, disse que não tinha conhecimento. Por aquilo que o senhor Vereador disse, tratava-se de assuntos que não constavam da proposta que estava em apreciação naquela reunião de câmara, era um assunto que haveria de ser analisado.

Relativamente à preocupação que o senhor Vereador manifestara de não estarem já de uma fase de pré-contencioso, disse que se tratava de um processo.

A Câmara Municipal era um cocontratante daquele contrato de concessão e a Câmara Municipal como entidade pública era uma pessoa de bem, devendo defender os seus interesses e do Município de Setúbal, sabendo honrar aquilo que era a responsabilidade de ser uma entidade pública, não deixando de defender em todas as circunstâncias os interesses da população de Setúbal.

Pedi desculpas à senhora Vereadora Sónia Martins por não lhe terem fornecido a informação sobre o regulamento do IMT.

Disse que ficaria o compromisso, caso não recebesse a informação até sexta-feira, na segunda-feira faria chegar o esclarecimento que lhe era devido, pelas questões que levantou nas reuniões anteriores.

Informou o senhor Vereador Joel Marques que a questão que levantou era uma discussão muito interessante, mas alguns não perceberam exatamente a razão pela qual o senhor vereador levantou a questão sobre o que se passou em Azeitão, aquando da reunião pública entre o executivo CDU e a população, bem como com a comunidade educativa.

O senhor Vereador ficou muito surpreendido, pelo facto de o estudo prévio que apresentaram à população incluir um pavilhão desportivo na escola 2/3 de Azeitão.

Finalmente conseguiram convencer a DGESTE da importância da construção de um pavilhão desportivo na escola 2/3 de Azeitão, o qual tinha sido aprovado ao fim de dezenas e dezenas de anos.

Aquela escola fez no ano anterior 50 anos e os sucessivos Governos e em particular o Governo do Partido Socialista, não conseguiram ver o estado e a degradação nos últimos 10 anos, em que a escola chegou, com os compromissos tantas vezes assumidos de que era necessário construir um pavilhão desportivo para que aquelas crianças tivessem os mesmos direitos das crianças de outras escolas.

Referiu que foi aquela a razão por que o senhor Vereador Joel Marques levantou a questão.

Disse perdoar o facto do senhor Vereador ter dito que apresentaram uma proposta de boas intenções, no entanto, ao ter feito aquela afirmação não tinha a consciência de que colocava em causa aquilo que foram os compromissos durante os últimos seis anos do Governo do Partido Socialista, que seria o financiamento das escolas que eram transferidas para as câmaras municipais.

Disse terem problemas graves em Setúbal, no que dizia respeito à área da educação e que era profundamente lamentável que sucessivos Governos, em particular nos últimos 10 anos, não tivessem feito o devido acompanhamento. Todos sabiam que o Governo, nos seus diversos níveis de intervenção, tinha responsáveis que acompanhavam a situação das escolas, os quais estavam sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

Não se poderia ignorar o estado de degradação a que chegaram quatro escolas do concelho de Setúbal e foram transferidas no dia 1 de abril de 2022 para a Câmara Municipal de Setúbal.

O Governo fizera uma negociação com a Associação Nacional de Municípios e comprometera-se a financiar todas as escolas, tendo identificado mais de 250 escolas que precisavam de intervenção imediata, para tal diziam disponibilizarem mil milhões de euros para fazer as respetivas intervenções nas referidas escolas.

Tendo em conta o valor disponível do PRR e o número de escolas que estavam identificadas, as quais precisavam de intervenção, haveria uma distribuição média de 4 milhões de euros



para cada escola. Terá havido um acordo com a Associação Nacional de Municípios em 2019, no sentido de garantir que as câmaras municipais que recebiam aquelas transferências teriam a possibilidade de apresentar candidaturas e de fazer requalificação das respetivas escolas.

O tempo terá passado e o PRR na área de Lisboa e Vale do Tejo, os 120 milhões de euros do PRR que estavam disponíveis, não chegaram para as 54 escolas que se candidataram, só 12 das escolas tiveram a possibilidade de serem aprovadas nas candidaturas. Significava que o dinheiro do PRR terá esgotado exceto se voltasse a fazer outra requalificação, porque havia muito pouco investimento do PRR noutras áreas ou na área da educação em outras zonas do país.

Na realidade, a verba que estava disponível e destinada para intervir nas escolas na área de Lisboa e Vale do Tejo estava esgotada.

A Câmara Municipal de Setúbal apresentara à senhora Ministra da Coesão sobre a avaliação feita das quatro escolas, em que duas escolas não deveriam ter requalificação, porque o seu estado de degradação era tal e do ponto de vista estrutural a situação era tão grave, que requalificar era deitar dinheiro fora.

A senhora Ministra da Coesão dissera-lhe pessoalmente que já outros autarcas também se manifestaram sobre aquela situação em outras escolas. No final do mandato do Governo tinha sido transferido aquela competência para as CCDR. A senhora Ministra informou, caso os presidentes das CCDR estivessem conforme as suas propostas, poderiam avançar não para a requalificação daquelas escolas, mas para a construção de escolas novas.

Disse terem duas escolas em Setúbal naquela situação e estavam de acordo com a avaliação dos serviços.

Disse que elaboraram estudos prévios, não poderiam elaborar projetos sem saber se a proposta teria viabilidade, fizeram um levantamento da situação de todas as escolas, porque o Governo quando fizera a transferência das escolas não lhes fornecera nenhuma planta nem nenhum projeto, por essa razão tiveram de ser os serviços da Câmara Municipal a fazer um estudo e um levantamento exaustivo daquelas quatro escolas.

Iniciaram o diálogo com a DGESTE no sentido de que a proposta do estudo prévio pudesse ser aprovada, para posteriormente se elaborar os projetos e apresentarem as candidaturas. A discussão das quatro escolas terminara no final de março e os serviços da câmara faziam os acertos, que resultaram do entendimento que houve nas reuniões com a DGESTE.

Brevemente seriam enviados os estudos prévios à DGESTE para que houvesse uma formalização das propostas e para que houvesse uma resposta formal, para a Câmara Municipal poder avançar com os projetos.

Disse ser uma agradável surpresa que a DGESTE tivesse aceite a proposta da Câmara Municipal de Setúbal, ao incluir na nova escola 2/3 de Azeitão um pavilhão desportivo. Terá sido uma surpresa certamente para o senhor Vereador Joel Marques, por essa razão terá colocada a questão. Sentiam-se satisfeitos pela situação, mas sentiam-se muito preocupados pelo estado de degradação em que se encontravam aquelas escolas e por saber o que iria acontecer até existirem escolas novas ou requalificadas. Quando tivessem a formalização da aprovação dos estudos prévios, iriam iniciar os projetos, sendo que um projeto para uma escola nova levaria entre 6 e 8 meses a desenvolver, mesmo contratando gabinetes da especialidade.

Posteriormente, deveria abrir um aviso para se poderem candidatar, após aprovadas as candidaturas, teriam de lançar os procedimentos para um concurso público internacional, para além da necessidade dos vistos do Tribunal de Contas e por fim teriam o tempo da execução da obra. Uma obra para qualquer uma das quatro escolas não teria um prazo de execução inferior a três anos. Certamente só teriam escolas requalificadas ou escolas novas nos próximos quatro a cinco anos.

A preocupação do executivo passava pela questão de como aquelas escolas iriam resistir, tendo em conta o estado de degradação. Tratava-se das crianças, dos professores e todos os trabalhadores que estavam naquelas escolas, que não eram assim tão poucos.

Considerava com grande preocupação todo aquele processo, no entanto, da parte da Câmara Municipal e em conjunto com os responsáveis das escolas, com os pais e com a comunidade educativa tudo fariam para a resolução daquele problema.

Certamente que iriam pedir responsabilidades a quem as tinha para acelerar aqueles processos e para encontrarem as respetivas soluções. Quando se iniciassem as obras, questionou para onde iriam aquelas crianças.

Não pretendiam entrar por aquele caminho, porque a preocupação já era suficientemente alarmante e o executivo assumia as suas responsabilidades.

Disse que o facto da escola Dom Manuel Martins não ter um pavilhão desportivo era uma responsabilidade de sucessivos Governos que nunca quiseram construir o pavilhão desportivo.

Recordou os vereadores que existia um terreno disponível para que fosse construído o referido pavilhão.

A Câmara Municipal ia dando resposta àquelas preocupações, fazendo aquele caminho dentro das suas possibilidades e com grande esforço, mas a qualidade de vida dos cidadãos em Setúbal ia melhorando e certamente que tudo aquilo também preocupava muito o senhor Vereador Fernando José, que mais uma vez apresentava um conjunto de questões que já não eram novas, dizendo que a CDU estava no final de ciclo, como se o Partido Socialista já não dissesse tudo aquilo há 5 ou 6 mandatos anteriores, mas felizmente quem decidia era a população e quando chegasse a altura a população haveria de decidir.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse importar esclarecer se os projetos e as plantas das escolas não existiam apenas no concelho de Setúbal ou se nos outros concelhos também foi uma dificuldade.

Questionou se das duas escolas que necessitavam de requalificação foram candidatas à “Col de janeiro”. Seria uma questão relevante na sequência daquilo que foi a intervenção do senhor Presidente.

Disse que Setúbal foi cidade europeia do desporto sem ter um único equipamento desportivo construído, para além daqueles que já existiam. Ao longo dos anos a construção de equipamentos desportivos foi nulo. Fizeram alguns melhoramentos e algumas intervenções, mas equipamentos de grande dimensão não tinham sido feito.

Disse haver aquela intenção, com financiamento de médio e longo prazo, de construir um pavilhão para dar resposta em Azeitão e na cidade de Setúbal havia uma opção. O senhor Vereador Pedro Pina, apesar de toda a soberba com que os costumava brindar nas suas intervenções, reconheceu que foi uma opção de o executivo fazer um pavilhão junto a um pavilhão já existente e não na escola Secundária Dom Manuel Martins.

Os Vereadores do Partido Socialista percebiam os argumentos que eram apresentados, mas haveria outros argumentos que justificariam a construção do pavilhão na escola e não na localização onde iria ser feito. Para um número significativo de crianças, a prática desportiva era feita apenas em contexto escolar e não fora do contexto escolar. Seria para os Vereadores do Partido Socialista mais relevante assegurar as condições para que todas as crianças tivessem as melhores condições para a prática desportiva naquela escola, do que tomar a opção de fazer um pavilhão à parte.

Disse perceberem aquilo que eram opções governativas, mas não se deveria escudar atrás daquilo que outra entidade pudesse ou não ter feito, assumindo de forma muito clara que a escolha era construir numa determinada localização e não noutra.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador que iriam falar muitas vezes sobre aqueles assuntos. As escolas que iriam ser requalificadas também iriam ser ampliadas, sendo necessário que a DGESTE aprovasse o novo programa, cuja discussão não foi fácil.

As escolas que iriam ser ampliadas não tinham projeto nem candidatura tal como referia o aviso da CCDR teriam de ter projetos que estivessem aprovados pelas entidades competentes, o que não constava, sendo que uma das razões foi pelo facto de as entidades

responsáveis não terem as plantas e os projetos, obrigando a câmara a ter que fazer o levantamento exaustivo de tudo.

No que se referia à opção de fazer os pavilhões fora das escolas, se devia ao facto de terem responsabilidades em dar resposta àquilo que era a dinâmica do movimento associativo, tanto em Setúbal como em Azeitão.

Disse terem a convicção de que deveria caber aos diversos Governos a responsabilidade de dar a devida resposta à construção dos pavilhões desportivos naquelas duas escolas, sendo que o mesmo tinha sido reconhecido pela DGESTE.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Sugeriu que o senhor Presidente, uma vez que existia um regimento aprovado com tempos, que utilizasse os mecanismos que tinha na sala, que eram utilizados na Assembleia Municipal. Talvez fosse um bom princípio para se poder conduzir as reuniões com mais eficácia.

Disse que reuniram com a direção da ULS devido à implementação do “Balcão SNS24”, o qual fora aprovado em reunião de câmara em 2022.

Referiu que até as Misericórdias pelo país fora já tinham conseguido implementar o “Balcão SNS24” e em Setúbal, como estavam muito longe de acesso à tecnologia, era tudo muito difícil e ainda não conseguiram fazê-lo.

Como as respostas eram vagas de todas as partes, inclusive da Câmara Municipal, que por vezes era tão ágil em falar com os vários ministérios, aquele assunto tinha ficado esquecido e os vereadores do PSD reuniram com o presidente e com o conselho de administração no sentido de perceber qual era o verdadeiro constrangimento.

Tendo havido um compromisso de verificarem junto dos serviços partilhados do Ministério da Saúde, aquilo que não tinha sido feito durante aquele tempo, para que se pudesse o mais rápido possível disponibilizar aquele serviço à população.

Uma vez que nada estaria relacionado com a anterior ACES Arrábida, nem com a Câmara Municipal, porque a câmara através da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra disponibilizara aquilo que era necessário para o funcionamento do “Balcão SNS24”.

O ACES Arrábida, à data também disponibilizara aquilo que era necessário, que estaria relacionado com as escalas para os agendamentos, sendo que a questão estaria nos serviços partilhados pelo ministério.

Disse que não questionava, mas a dar a informação que estiveram reunidos e caso tivessem alguma resposta partilhariam em reunião de câmara.

O senhor Vereador Pedro Pina acompanhou aquele processo, mas, na verdade, não aconteceu nada e terá sido por essa razão que questionaram.

Disse apresentar aquela partilha de informação no sentido de dar nota que não se esqueceram do tema e gostavam muito que a população pudesse ter acesso ao mesmo.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que a senhora Vereadora sabia, mas pelos vistos não terá obtido resposta, da mesma forma como a Câmara Municipal, após vários e diferentes ofícios da parte do senhor Presidente, inclusive com custos associados por parte da Câmara Municipal e da junta de freguesia relativamente aos recursos humanos.

Disse que foi feita uma missão total, mas com uma ausência de resposta total. Referiu que seria bom saber-se que o atual presidente da ULS era o ex-presidente do ACES Arrábida, que fora várias vezes interpelado sobre a mesma questão à qual nunca fora possível obter resposta, da mesma forma acontecera com a ARSLVT apesar das suas competências.

Naquele momento seria bom perceber aonde iria a pairar a responsabilidade, à qual a Câmara Municipal desencadeara e cumprira todo o processo.

A propósito de investimentos desportivos, questionou qual foi o investimento desportivo que o Governo do Partido Socialista fizera na Península de Setúbal nos últimos 10 anos.

**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que tudo aquilo não tinha sido feito no tempo do Governo do Partido Socialista, no entanto, a senhora Vereadora Sónia Martins teria uma boa oportunidade de dar uma ajuda, para que finalmente aquele serviço



pudesse dar resposta às populações da Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, porque foi aquele o compromisso que a câmara assumira e aprovava para que aquele serviço fosse uma realidade, mas tal como tinha sido referido pelo senhor Vereador Pedro Pina, alguma coisa não funcionou bem, não tendo sido da parte da câmara nem da parte da junta de freguesia.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Como não conseguiu obter resposta no anterior Governo de Portugal, tal como dizia o senhor Vereador Fernando José e bem “*não era o Governo do Partido Socialista era o Governo de Portugal*”, iria tentar perceber por que razão o concelho de Setúbal era diferente de todas as outras regiões do país, porque havia um “Balcão SNS24” a funcionar no Montijo, pelo que importava saber o porquê.

**Sr. Presidente** – Relativamente ao cumprimento dos regulamentos e os tempos que estavam distribuídos, informou a senhora vereador Sónia Martins que estaria disponível para o fazer, caso os restantes Vereadores concordassem.

Uma vez que a senhora Vereadora colocara a questão na reunião de câmara, na próxima reunião de câmara desenvolveriam os trabalhos de acordo com aquilo que o regulamento tinha relativamente à distribuição dos tempos.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 6 a 9:

#### **“Saudação**

##### **O Mistério da Jóia Perdida**

*É com enorme satisfação que se saúda a Escola Secundária do Bocage pela notável conquista de ter alcançado o primeiro lugar no pódio da 2.ª edição do concurso GERAt, um projeto desenvolvido pelo Turismo de Portugal em parceria com a Direcção-Geral da Educação. O trabalho intitulado “O Mistério da Jóia Perdida”, desenvolvido pelos alunos do 3.º ciclo daquele estabelecimento de ensino, mereceu o galardão e reflete o empenho e a criatividade dos seus jovens autores.*

*Ao longo de todo o processo, os alunos foram incentivados a desenvolver projetos que visam sensibilizar as gerações mais jovens para o potencial do turismo a nível local, nacional e internacional. Esta iniciativa pretendeu, assim, fortalecer a sinergia entre a Educação e o Turismo, proporcionando uma aprendizagem enriquecedora e contextualizada.*

*Destaca-se a importância do papel social da Escola, que promove uma aprendizagem centrada no aluno, potenciando a interdisciplinaridade e posicionando o aluno como um agente interventivo na sua comunidade. Este enfoque educativo não só enriquece a formação académica dos alunos, mas também lhes confere competências fundamentais para a sua atuação futura na sociedade.*

*A conquista deste prémio é um justo reconhecimento do mérito dos alunos, que, com dedicação e talento, souberam abraçar este desafio de forma exemplar. Parabéns à Escola Secundária do Bocage, aos seus alunos e a todos os envolvidos por esta distinção que enche de orgulho toda a comunidade educativa. Que continuem a trilhar o caminho do sucesso e da excelência.”*

#### **“Saudação**

##### **34.º aniversário Volei Clube de Setúbal**

*O Volei Clube de Setúbal, reconhecido nacionalmente como um dos principais motores da dinamização do voleibol de praia em Portugal, celebra o 34.º aniversário repleto de conquistas. Desde a sua fundação, em 1990, o clube tem sido responsável por organizar competições nas praias de Setúbal, reunindo centenas de atletas nacionais e estrangeiros.*

*Na época de 1997/98, o VCS alcançou o seu primeiro troféu oficial ao sagrar-se vencedor da Taça da Primavera de seniores masculinos, da Associação de Voleibol de Lisboa. Em 1999/2000, o clube conquistou o seu primeiro título nacional ao vencer o Campeonato*



*Nacional de Gira-Vôlei masculino, no escalão 8-10 anos, com os talentosos atletas André Charneca e Tiago Henriques. Em 2002/2003, o Volei Clube de Setúbal alcançou um marco histórico ao ascender pela primeira vez à 2ª Divisão Nacional em Seniores masculinos, demonstrando a sua dedicação e empenho no desenvolvimento do voleibol. Em reconhecimento às suas conquistas e contribuições, o clube foi agraciado em 2015 com a Medalha de Honra da Cidade de Setúbal, um testemunho do seu impacto na comunidade desportiva local.*

*Na temporada 2016/2017, o Volei Clube de Setúbal adicionou mais um troféu à sua coleção ao conquistar a Taça Federação da 3ª Divisão Masculina, reforçando assim a sua posição como uma equipa competitiva e determinada.*

*Neste dia de celebração, desejamos ao Volei Clube de Setúbal um feliz aniversário e que continue a inspirar e formar atletas de excelência, fortalecendo o voleibol e o desporto na região. Que os próximos anos sejam repletos de novas conquistas e momentos de orgulho para todos os membros e adeptos do clube.”*

#### **“Saudação**

##### **42.º aniversário Clube de Montanhismo da Arrábida**

*O Clube de Montanhismo da Arrábida celebrou, no passado dia 29 de maio, o seu 42º aniversário repleto de aventuras e conquistas. Ao longo dos anos, o clube tem sido um exemplo de dedicação e paixão pela montanha, explorando as maravilhas naturais da Serra da Arrábida e promovendo o contacto com a natureza.*

*Desde a sua fundação, o Clube de Montanhismo da Arrábida tem desafiado os seus membros a superarem os seus limites e a explorarem novos horizontes. Com a organização de expedições, caminhadas, escaladas e até parapente, o clube tem proporcionado momentos inesquecíveis de contacto com a beleza e grandiosidade da natureza. Destacamos, com particular entusiasmo, a sua envolvimento com a autarquia na realização de atividades inseridas no mês da juventude ou ateliers de verão.*

*Para além das atividades desportivas, o clube tem tido um papel importante na preservação e conservação do património natural da Serra da Arrábida, promovendo a consciência ambiental e o respeito pela biodiversidade.*

*Neste dia de celebração, gostaríamos de saudar o Clube de Montanhismo da Arrábida pelo seu aniversário e agradecer a todos os membros e dirigentes que têm contribuído para o sucesso e crescimento do clube. Que continuem a inspirar e motivar os amantes da montanha, mantendo vivo o espírito de aventura e a vontade de explorar novos desafios. Que os próximos anos sejam repletos de novas conquistas e momentos de união entre todos os praticantes de montanhismo.”*

#### **“Saudação**

##### **Semana Académica Setúbal**

*Ao longo dos anos, a Semana Académica Setúbal organizada pela AAIPS tem sido um momento de celebração, cultura e convívio, refletindo o espírito académico e o dinamismo dos estudantes do Instituto Politécnico de Setúbal.*

*Neste momento de celebração, agradecemos à Associação Académica do Instituto Politécnico de Setúbal por todo o empenho e dedicação na organização da semana académica. Os estudantes de Setúbal tiveram a oportunidade de desfrutar de momentos inesquecíveis, fortalecendo a identidade académica, mas também contribuindo para o enriquecimento pessoal e cultural de todos. Que a Associação Académica do Instituto Politécnico de Setúbal continue a promover eventos e iniciativas que engrandecem a vida académica, proporcionando aos estudantes momentos de partilha, aprendizagem e diversão.”*

**Sr. Vereador Vitor Ferreira** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 10 a 13:



### **“Saudação**

#### **Aniversário da ABRAÇO – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA**

Fundada em 1992, a ABRAÇO – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA celebra hoje, dia 5 de junho, o seu 32.º aniversário.

Em Portugal, segundo o Relatório “Infeção por VIH em Portugal – 2023”, documento elaborado pela Unidade de Referência e Vigilância Epidemiológica do Departamento de Doenças Infecciosas do INSA, em colaboração com o Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo VIH da DGS, registou-se uma redução de 56% no número de novos casos de infeção por VIH e de 74% em novos casos de SIDA entre 2013 e 2022.

Ao longo dos últimos 40 anos, foram notificados 66 061 casos de infeção por VIH. O distrito de Setúbal é o terceiro distrito do país com as taxas mais elevadas de novos diagnósticos, sendo também o terceiro a nível nacional com maior número de casos de infeção por VIH acumulados, em todo o período em análise e também na última década.

O concelho de Setúbal está entre os 16 concelhos do continente com as taxas mais elevadas de novos diagnósticos de infeção por VIH, no período compreendido entre 2018 e 2022 – foram diagnosticados 75 novos casos.

Neste relatório é também apresentado o sumário dos resultados obtidos relativamente ao estigma associado ao VIH num estudo realizado, recentemente, em Portugal, em que 38% dos participantes revelaram ter sido alvo de discriminação social.

Para combater a propagação do VIH, bem como de outras infeções sexualmente transmissíveis, é fundamental aumentar a prevenção e antecipar diagnósticos. Contudo, existem populações mais vulneráveis, como é a exemplo a população imigrante, que encontra obstáculos no acesso aos serviços de saúde e que sofre uma dupla discriminação. De forma a denegrir a sua imagem, é frequentemente utilizado o argumento de que esta população traz a infeção dos países de origem para Portugal, quando na verdade 25 a 50% das pessoas infetam-se no país de destino.

Desta forma e em linha com os objetivos da ONUSIDA para “eliminar a SIDA em 2030”, a ABRAÇO desenvolve a sua atividade e todos os seus projetos em diversos concelhos do país, como é o caso do concelho de Setúbal, sendo de destacar os projetos ABC Ser Criança; o Serviço de Apoio Domiciliário de Lisboa e Porto; o Centro de Atendimento e Apoio Psicossocial; o Gabinete de Atendimento Médico-dentário e os Centros de prevenção e rastreio VIH, hepatites víricas e IST.

A relevância do trabalho desenvolvido por entidades como a ABRAÇO é reconhecido amplamente, sendo indispensável para a promoção da qualidade de vida da pessoa infetada, para a erradicação do VIH/SIDA e para o combate à desinformação e discriminação, através da desconstrução dos estigmas e estereótipos associados à infeção.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a ABRAÇO – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA, a Delegação de Setúbal, órgãos sociais, sócios e trabalhadores das demais valências por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho.”

### **“Saudação**

#### **Aniversário do Clube de Montanhismo da Arrábida**

O Clube de Montanhismo da Arrábida, fundado em 1982, assinalou o seu 42.º aniversário no passado dia 29 de maio.

Através da sua atividade, tem procurado contribuir para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal, mas também para a preservação e valorização do património natural do nosso território, nomeadamente da Serra da Arrábida.

Assim, desenvolve iniciativas de âmbito desportivo, que sensibilizem e envolvam não apenas os associados, mas também a população, no domínio da Educação Ambiental e da promoção da adoção de hábitos desportivos, através da prática de diversas modalidades – Montanhismo; Escalada; Orientação; Parapente; Pedestrianismo (Percurso Pedestres); Skyrunning –, em espaços e áreas naturais.



*Aliar a prática desportiva às condições naturais únicas do nosso concelho é fundamental para promover a preservação da natureza, dando a conhecer a todos o nosso património natural, pelo qual somos todos responsáveis.*

*Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Montanhismo da Arrábida, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual se traduz num contributo determinante para o desenvolvimento integral e sustentável do nosso território.”*

#### **“Saudação**

#### **Vitória Futebol Clube conquista Campeonato Nacional de Trampolim Individual e Trampolim Sincronizado**

*Os atletas vitorianos conquistaram, no último fim-de-semana do mês de maio, no Campeonato Nacional de Trampolim Individual e Trampolim Sincronizado, cinco títulos de campeão nacional, dois títulos de vice-campeão e dois terceiros lugares.*

*Na prova, que se realizou no Pavilhão Municipal do Alto do Moinho, no concelho do Seixal, o Vitória Futebol Clube fez-se representar por jovens atletas, que demonstraram o resultado da sua dedicação e árduo trabalho e conquistaram o seu lugar no pódio, com excelentes resultados – Pedro Mendes - Campeão Nacional Júnior 1ª Divisão; Afonso Mendes- Campeão Nacional Seniores Divisão Base; Pedro Mendes/ Martim Lopes (AGSI) - Campeões Nacionais Juniores Elite; Marta Conceição /Joana Conceição / Matilde Chumbinho / Matilde Oliveira - Campeãs Nacionais Seniores Femininos; Daniel Oliveira / Filipe Lindo / Afonso Mendes / João Oliveira – Campeões Nacionais Seniores Masculinos ; Alice Laré - Vice-Campeã Nacional Juvenil Base; Rafaela Rosa - Vice-Campeã Nacional Juvenil 1ª Divisão; Tomás Serra – 3º Lugar Nacional Juvenil Base; João Oliveira / Filipe Lindo – 3º Lugar Nacional seniores Masculinos Base.*

*Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam os atletas, treinadores e o Vitória Futebol Clube pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual tem contribuído para o desenvolvimento desta modalidade na nossa região.”*

#### **“Saudação**

#### **Vitória Futebol Clube alcança o pódio na 37.ª edição da Escalada do Mendro**

*Os atletas do Vitória Futebol Clube estiveram presentes na 37ª edição da Escalada do Mendro, uma prova de elevado grau de dificuldade, que se realizou no dia 30 de maio, na Vidigueira.*

*Nesta prova, que tem contado com cada vez mais participantes, Nuno Lopes alcançou o 1º lugar geral e o 1º lugar no escalão elite, Tiago Madureira o 9º lugar geral e o 5º lugar no escalão elite, João Rebelo o 6º lugar no escalão elite e David Fernandes o 3º lugar no escalão M45.*

*Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Vitória Futebol Clube, atletas e treinador, fazendo votos de continuação do bom trabalho, resultado da sua dedicação e empenho.”*

**Sr. Vereador Vitor Ferreira** – Apresentou o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 14:

#### **“Voto de Pesar**

#### **Falecimento do Professor Manuel Castilho**

*Manuel Santana Castilho, professor e antigo presidente da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Setúbal (1987 – 1988), faleceu aos 80 anos, no dia 29 de maio.*

*Nasceu em Beja, em 1944 e foi professor durante mais de 40 anos em diferentes níveis de ensino, tendo escrito livros e crónicas, com um foco especial na área da educação e pedagogia.*



*Reconhecido pelo seu percurso académico, profissional e cívico, tanto em Portugal como no estrangeiro, o Professor Manuel Castilho era um especialista na área da educação, que dedicou a sua vida ao ensino e à investigação. Para além da sua atividade enquanto docente e investigador, ocupou o cargo de subsecretário de Estado dos Assuntos Pedagógicos do Ministério da Educação e Universidades e foi subsecretário de Estado Adjunto do VIII Governo. Nestas funções, desenvolveu trabalhos sobre o sistema educativo e sobre problemas prioritários que se colocavam ao nível da Administração Central, tendo apresentado, entre outros, projetos para a criação de um Instituto de Educação Especial, reformulação do processo de avaliação nas Escolas e a criação de um projeto alternativo de profissionalização dos professores em serviço. O seu interesse no estudo dos problemas da educação em Portugal levou-o a propor soluções e estratégias de intervenção no sistema educativo.*

*Licenciado em Educação Física pela Universidade Técnica de Lisboa, mais tarde realizou cursos de Pós-Graduação em Estocolmo (Suécia) sobre Totododa skolang e em Princeton (EUA) no domínio da Educational Testing Service.*

*Dedicou grande parte do seu percurso profissional ao ensino superior, tendo sido professor coordenador com agregação na Escola Superior de Educação de Santarém e presidido à Comissão Instaladora e ao Conselho Científico desta Escola. Foi consultor do Banco Mundial, da União Europeia e da UNESCO, responsável por vários projetos internacionais de investigação educacional.*

*A 9 de outubro de 2017 foi-lhe prestada uma homenagem, com a inauguração de um retrato a óleo, no edifício sede do Instituto Politécnico de Setúbal, conjuntamente com os antigos presidentes, pelo seu valioso contributo no processo de criação e desenvolvimento da instituição, que se tornou uma referência nacional e uma mola impulsadora da região.*

*Os contributos do Professor Manuel Castilho no domínio da educação fazem parte do legado com que nos deixa e com o qual enriqueceu a sociedade portuguesa.*

*Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista lamentam o seu falecimento e endereçam à família enlutada, aos amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a ausência as mais sentidas condolências.”*

Foi guardado um minuto de silêncio.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Deliberação n.º 333/2024 – Proposta n.º 25/2024 – GAP – Protocolo de cooperação entre o Município de Setúbal e a Construção Pública, E.P.E. no âmbito da habitação pública e respetivos contratos interadministrativos para a sua execução**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 a 17, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **2. Deliberação n.º 334/2024 – Proposta n.º 08/2024 – GADSEA – Plano Municipal de Ação Climática de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 e 19.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que os Vereadores do Partido Socialista se congratulavam com a apresentação do Plano Municipal para a Ação Climática.

Em janeiro de 2024, os vereadores do Partido Socialista questionaram sobre o ponto de situação relativamente à elaboração do Plano, uma vez que, segundo a Lei de Bases do Clima, teria de estar aprovado e concluído até fevereiro de 2024.

Deu nota que naquela reunião lhes tinha sido transmitido que o Plano estaria em condições de muito brevemente ir à reunião de câmara, tentando cumprir o prazo que constava na legislação, que seria em fevereiro de 2024.

Não sendo apenas por uma questão de prazo, mas por uma questão de emergência climática, não se tratava só de cumprir calendário, tratava-se de encontrar as medidas e os caminhos para a questão do combate às alterações climáticas.

Uma vez que os caminhos foram apresentados naquele documento composto por 327 páginas, que carecia de uma análise aprofundada pela importância da sua produção e pela sua aplicabilidade. Porque se deparavam diariamente com as consequências das alterações climáticas, aquele documento teria aplicabilidade efetiva e desejavam que mitigasse o impacto das alterações que sofreram, porque as cidades tinham uma responsabilidade acrescida na criação de soluções de mudança.

Pelos motivos evocados iriam analisar o documento com a atenção e tempo que o documento merecia e no período de consulta pública fariam chegar os seus contributos.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**3. Deliberação n.º 335/2024 – Proposta n.º 65/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Campos Rodrigues, ao Bairro Trindade, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 e 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**4. Deliberação n.º 336/2024 – Proposta n.º 66/2024 – DAF/DURB – Concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção em exploração de 2 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal, Concurso Público N.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP – Incumprimento de contrato de concessão - Aplicação de sanções**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 a 24.

**Sr. Presidente** – Disse que em março passado, a Câmara Municipal aprovou aquelas penalizações à concessionária, a concessionária teve direito a constituir resposta sobre as questões que lhe foram imputadas, houve essa resposta, essas questões, da resposta, foram

devidamente ponderadas, mas a resposta e aquilo que se propunha à Câmara Municipal era deliberasse, exatamente, no sentido que acabou, muito sinteticamente de referir.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que a Câmara Municipal de Setúbal, através da anterior Presidente de Câmara e do seu executivo, que era praticamente o mesmo sem alterações, os mesmos vereadores que estiveram no mandato anterior, o senhor Presidente de Câmara presentemente, Presidente da Assembleia Municipal, no passado Vereador, com o pelouro do Urbanismo, tiveram tempo para preparar um concurso, e lançar esse mesmo concurso.

Um concurso para a concessão do estacionamento tarifado na cidade de Setúbal, por um período de 40 anos, e com o aumento de 500% sobre os lugares tarifados.

No dia 7 de maio de 2021, meses antes das eleições autárquicas de 2021, a poucos meses das eleições autárquicas, os senhores assinaram o contrato com aquela empresa.

Foram os senhores que desenharam os termos do concurso, foram os senhores que concretizaram o lançamento desse mesmo concurso, foram os senhores que assinaram o contrato de concessão. Toda a oposição esteve contra e levantou, na altura, muitas dúvidas e questões. O senhor Presidente, que era Presidente da Assembleia Municipal, não levantou nenhuma questão. Publicamente desconheciam qualquer intervenção sua relativamente à concessão do estacionamento tarifado. Teve uma afirmação que teria passado despercebida para muitos, mas para si não passou despercebida, no Fórum Municipal Luísa Todi, em que disse que em 2016 se afastou do processo, teria pedido escusa. Se quisesse poderia explicar o que o fez afastar dos seus camaradas, se quisesse, não tinha obrigatoriamente que responder, apesar de ter lançado essa dúvida no Fórum Municipal Luísa Todi, aquando das celebrações dos 50 anos do 25 de Abril.

A Câmara Municipal assinou aquele contrato, em 7 maio 2021, recebeu no dia 21 de maio mais de 4 milhões de euros, pela assinatura daquele contrato, e nem um ano passado sobre a assinatura daquele contrato, face a questões levantadas pelos Vereadores do Partido Socialista, o senhor Presidente avança com a informação de que estaria em conversações e depois em negociações, estava em ata, com a empresa, no sentido de corrigirem erros que estavam no contrato.

No contrato que tinha sido lançado pelo senhor, pela sua antecessora, pelo seu executivo, que tinha sido assinado pela sua antecessora, e que tinha sido secundado, também, por si enquanto Presidente da Assembleia Municipal.

E decorreram 3 anos, 2021, 2022, 2023, estavam em 2024 a caminhar para o fim do mandato, e o que têm assistido, ao longo daquele tempo, era uma enorme incapacidade para resolver, efetivamente, os problemas que afetavam os setubalenses, no dia a dia, por força daquele brutal aumento do estacionamento tarifado na cidade, porque, quanto a essa questão concreta, já lá iria, os seus não conseguiram dar uma única resposta.

Os senhores tinham-lhes indo dada alguma informação, muito pouca, sobre aquele processo, dizendo que em breve, estava em ata, iriam ter boas notícias, o processo chegava ao fim, e eis que eram surpreendidos, naquele ano de 2024, com a informação de que a Câmara estava em litígio aberto com a empresa.

As negociações, as conversações, em que o senhor Presidente e o seu executivo estiveram envolvidos deram em nada. Foram negociações que não resolveram absolutamente nada.

Perderam 3 anos, em que o anexo 9, o tal anexo 9 da contrapartida que já podia estar ao serviço dos setubalenses e o senhor - e bem -, reconheceu que era um erro, aquela definição que estava no anexo 9.



Os senhores acabaram por reconhecer que era um erro e alteraram - e bem -, saber se já tinha havido resposta por parte da empresa, porque aquilo que lhes era trazido naquele dia, era apenas parte daquilo que tinha sido deliberado, que tinha sido decidido, em reunião de Câmara em março, pensava que tinha sido em março, o senhor Presidente referiu isso, teria sido em março, saber se já havia posição, qual era a posição relativamente à alteração do anexo 9, mas saber também, relativamente à alteração, porque se presentemente não tinham as obras praticamente concluídas do estacionamento de subsolo, o senhor era o responsável, era o responsável por aquele atraso.

Aqueles 3 anos em que estiveram a arrastar os pés, sem encontrar nenhuma solução, e sem que aquilo que estava definido no contrato tivesse sido concretizado, a responsabilidade era sua, porque o senhor entendeu alterar a localização do P1, do estacionamento em subsolo.

Não criticava, não dizia que estava mal, ou que estava bem, não era isso que dizia, em nome dos Vereadores do Partido Socialista, decidiu, tomou essa decisão e, até acompanharam essa sua posição, mas a verdade é que foi em maio de 2021 que tinha sido assinado um contrato que previa a construção naquela localização, foram feitos estudos pela Câmara Municipal, por empresas contratadas pela Câmara Municipal, foram os senhores que lançaram concurso e que assinaram um contrato, um ano depois já não era aquela localização tinha que ser outra.

O senhor Presidente tinha de explicar, aquilo tinha que ser bem explicado, e saber, se quanto a essa matéria, porque foi matéria que foi votada, e sobre ela não tinham nenhum tipo de informação, qual era o ponto de situação também.

Depois havia uma questão técnica, tinham dúvidas e o senhor Presidente tinham que lhes responder, tinha que tentar esclarecer, porque na votação que iam ter tinham que estar bem esclarecidos e fundamentados, porque iam votar, e já se percebeu o Vereador Paulo Calado, já o referiu no início da intervenção que aquilo era uma situação que estava em litígio e, portanto, aquilo iria certamente para tribunal, não viam outra forma exceto se o senhor, naquela reta final, demonstrasse uma capacidade negocial que até ali não demonstrou, não teve essa capacidade negocial, certamente que a responsabilidade não seria só sua, mas demonstrou não a ter.

Aquilo que era para concretizar não tinha sido concretizado, a única coisa que têm verificado era um aumento do estacionamento tarifado na cidade. Era a única coisa cumprida no contrato. Isso tinham a certeza que acontecia, porque todos os dias sentiam isso, nós setubalenses, que andavam na rua com as nossas viaturas, que tinham de estacionar, todos os setubalenses sentiam isso no seu dia a dia.

A única coisa que, efetivamente, se concretizou era o aumento do estacionamento tarifado, porque o estacionamento em subsolo continuava por concretizar, a questão do anexo 9, a contrapartida que já devia estar ao serviço dos setubalenses continuava por realizar.

Relativamente àquela matéria, mas em muitas outras, era um mandato perdido, um mandato completamente perdido, e, em breve, em 2025, os setubalenses seriam chamados a julgar aquilo que foi o desastre daquele mandato, era a opinião que tinham, e tinham direito a ela.

Era dito na alegação que os factos identificados, todos os factos identificados, naquela missiva da Câmara, naquela proposta estavam amplamente documentados.

Questionou se achava mesmo que estavam todos amplamente documentados, se achava mesmo que a proposta entregue aos vereadores e que trazia 2 anexos, se vinha efetivamente, amplamente documentado, tudo aquilo que ali estava se estava amplamente documentado. Disse gostar de ter uma resposta da parte do senhor Presidente.

Tinham dúvidas e disse gostar que o esclarecesse, em todas as sanções contratuais existia um valor, foram consultar o contrato, para além de terem dúvidas relativamente àquelas sanções contratuais porque a clausula 12.<sup>a</sup>, não previa nenhuma delas, na cláusula 12.<sup>a</sup> do contrato não havia nenhuma daquelas sanções tipificadas, nenhuma delas estava prevista, certamente que teria explicação para isso, e era essa explicação que aguardavam. Não conseguiam perceber como a Câmara chegou aos valores dando como aceitável aquilo que ali estava sobre o incumprimento do dever de fiscalização, tinham dúvidas, os senhores também, mas elas iriam ser esclarecidas, dali para a frente não iriam ter problemas, a partir do momento em que o regulamento fosse aprovado esse esclarecimento estava lá e bem, já lá deveria estar, de uma forma clara, essa responsabilidade por parte da empresa, e, portanto, não estava ia passar a estar no regulamento, e acompanhavam isso, mas havia dúvidas, certamente que seriam dirimidas em tribunal, não havia outra forma de o fazer, porque a Câmara tinha uma posição a empresa tinha outra, acompanhavam a posição da Câmara, e depois iriam esperar o que os tribunais diriam sobre aquilo.

Mas, era ali dito também que: *“é verdade que a fiscalização pressupõe a equiparação dos fiscais a agentes da autoridade administrativa, mas tal requisito já se verifica”*, disse que gostaria também de uma explicação da sua parte, porque não conseguiam perceber o que estava ali em causa, por aquilo que verificaram havia também discordância quanto àquela matéria, queriam, também, obter uma explicação.

No final, questionou como chegavam ao valor da sanção contratual no valor de 2000 € por cada mês completo, questionou como que se chegou a esse valor. Era dito ali que o incumprimento era grave, questionou porque é que não eram 5000 €, porque é que não iam aplicar 5000 € por cada mês completo, porque é que eram 2000 €. Precisavam de perceber porque é que eram 2000 €, e não eram 5000 € ou 10000 €.

Não conseguiram verificar, a análise também foi feita de sexta-feira para aquele dia, todos tinham atividade profissional para além da atividade política, e também não houve uma capacidade de análise profunda, por isso pediam a sua ajuda no sentido de perceberem porque é que se chegou ao valor de 2000 €.

No ponto 2, sobre a retenção indevida, acompanhavam o que ali estava. Se a Câmara dizia existirem valores indevidamente retidos, eram devidos à Câmara Municipal, sobre isso não havia dúvida. Mas, tinham dúvida sobre uma coisa que era dita: *“contudo, o que está em causa é, precisamente, a retenção ilícita de verbas antes de qualquer diálogo ou proposta de entendimento”*, mas aquela retenção já se verificava há 3 anos, e os senhores estavam há 3 anos em diálogo e em negociação com a empresa, então e vinham dizer que aquilo tinha sido retido antes de qualquer diálogo ou proposta de entendimento, então o que os senhores estiveram a fazer com a empresa? O que andaram a fazer durante aqueles 3 anos?

Se havia valores retidos indevidamente acompanhavam e acreditavam naquilo que ali estava, porque não tinham mais documentos, apesar da informação de que havia documentos bastantes, não tinham mais informação, mas como era afirmado no documento acompanhavam que esse valor que é devido à Câmara Municipal que fosse entregue à Câmara Municipal.

O que não conseguiam perceber é como esses valores foram indevidamente retidos, e diziam ali que não houve diálogo, se estiveram há 3 anos em negociações e conversações com a empresa. O senhor Presidente tinha de explicar.

Também não conseguiam perceber, certamente seria insuficiência da parte deles na análise, e também no pouco tempo que tiveram, na questão: *“porque é que chegamos a 1% por dia”*, porque é que não aplicavam 10% por dia? Aquilo era grave, era muito grave, havia uma

retenção indevida de valores que eram da Câmara Municipal, certamente havia uma divergência, já se percebeu, entre a posição da Câmara e da empresa, teria de ser dirimido em tribunal, não havia outra forma de fazer, só se conseguissem, entretanto, chegar a um entendimento, teria de ser em tribunal, mas por que 1%? Por que não 10%?

No ponto 3, também acompanhavam a obrigação da empresa de entregar à Câmara Municipal a informação, tinha que entregar.

A Câmara tinha de estar na posse dessa informação, claro que tinha que estar, em 3 anos os senhores não conseguiram.

Os senhores andaram em negociações com a empresa durante 3 anos e não conseguiram ter informação, foi andando durante 3 anos e nunca conseguiram que a empresa lhes desse informação, e agora chegavam à conclusão de que eram 5000 €: *“isto reveste uma elevada gravidade”*, e na sua opinião revestia elevada gravidade, mas depois chegavam ao valor de uma sanção contratual de 5.000 € por cada mês, por que não 10.000 €?

Perguntou como chegaram aos 5.000 €, porque se era de elevada gravidade, não podiam estar a comparar uma sanção de elevada gravidade no valor de 5.000 €, a outra de 2.000 €, por exemplo, que não seria de tão elevada gravidade e, portanto, gostavam de saber como conseguiam chegar àquela tipificação daquele valor.

Quanto aos autos de notícia, no ponto 4, não iam voltar a discutir, já se percebeu que os Vereadores, falava pelos Vereadores do Partido Socialista, foram induzidos em erro.

O senhor trouxe uma proposta a reunião de Câmara, o senhor agora vinha dizer quer também tinha sido induzido em erro, mas a verdade é que o senhor e a senhora Vereadora Rita Carvalho trouxeram aquela proposta ali, porque aquilo que lhes foi entregue foi uma listagem que afirmaram desde a primeira hora que era não era uma listagem de autos de notícia.

Assim que olharam para aquilo verificaram que não eram autos de notícia, que eram códigos da ANSR, não eram mais do que ninguém, fizeram uma análise cuidada e verificaram isso, e os senhores também poderiam ter feito essa verificação, mas não o fizeram, não tiveram esse cuidado, não agiram com zelo, agiram com descuido e, induziram os Vereadores do Partido Socialista em erro na sua votação.

Mas acontecia uma situação que continuava a ser estranha, os senhores vinham dizer que afinal aquela listagem de 1100 autos, afinal não eram 1100 autos, não existiam, portanto, iam aplicar uma sanção à empresa de 10.000 €, e perguntou porque não de 30.000 €, ou 40.000 €, ou 50.000 €, tinha que haver uma justificação para ser de 10.000 €, mas a verdade é que de 1100 autos, passaram para o anexo 2, e o anexo 2 trazia 5 autos.

Era com base naqueles 5 autos que lhes apresentavam virem dizer que a empresa teve um exercício exorbitante das competências.

Não sabia se o senhor Presidente teve o cuidado de analisar os 5 autos que lhes apresentaram, se calhar, merecia uma reflexão cuidada sobre o anexo 2 que lhes apresentaram, mas tendo por boa a informação que lhes foi entregue, e que aqueles 5 autos eram mesmo 5 autos, perguntou como passaram de uma sanção contratual no valor de 10.000 € para 1100 autos, que teriam sido indevidamente emitidos pela empresa, que já se verificaram que não foram, para 4.000 € para 5 autos.

De certeza que o valor encontrado não teria sido por auto, os senhores não encontraram um valor por auto, porque para 1100 autos andaria à volta dos 9 €, e de repente passaram para 800, era caso para dizer *“que o peixe encareceu aqui na praça”*, o valor subiu e de que maneira, falavam do *“mesmo peixe”*, mas o valor subiu e de que maneira.

Uma vez mais pediram a ajuda do senhor Presidente no sentido de perceberem, porque não conseguiam entender porque chegaram a esse valor, de 4.000 €, de 10.000 € passaram para 4.000 €, qual é que foi a base de cálculo? Não lhes entregaram.

Não bastava dizer que a informação era bastante e suficiente, não era, não tinham a fórmula de cálculo, não tinham como saber como os senhores calcularam, e pretendiam saber, porque iam votar.

Aquilo iria ser dirimido em tribunal? Poderiam ser chamados? Queriam estar bem fundamentados, bem informados, porque se tivessem que ser chamados a Tribunal irem dizer que votaram porque: *“isto foi assim, este cálculo foi feito desta maneira, não vamos votar aqui de uma maneira qualquer”*.

O senhor Presidente, certamente teria essa explicação e agradeciam.

Quanto à questão dos custos administrativos, já tinham falado sobre isso, havia o entendimento da empresa, o entendimento da Câmara, acompanhavam o entendimento da Câmara, não tinha nenhum tipo de problema, poderia haver dúvidas técnicas, enquanto jurista, estavam ali enquanto políticos, e enquanto vereadores eleitos na Câmara Municipal, e, portanto, seria de votar, mas questionou porque é que eram 5.000 €, não houve alteração.

Aqueles custos deveriam estar em correspondência com os 1100 autos de notícia, se passaram para 5, como mantinham os 5.000 €? Ou como chegaram àquele valor? Não conseguiam, também, chegar àquela forma de cálculo.

Queriam aqueles esclarecimentos, para votarem aquela proposta. Mas mais do que esses esclarecimentos queriam perceber, porque isso é que interessava aos setubalenses, a questão das sanções interessava pouco aos setubalenses, porque isso iria para tribunal, era uma cortina de fumo, iria para tribunal, iria arrastar, não iria resolver o problema dos setubalenses, o problema do alargamento, e era isso que o senhor teria que responder também, o senhor tentava aplicar, e que fosse aprovado em reunião de Câmara sanções à empresa, e os Vereadores do Partido Socialista iriam acompanhar essa sua intenção, assim esclarecesse as dúvidas que tinham.

Aquilo que interessava saber era relativamente ao ano de implementação do contrato, ao ano 2 e 3, o que já tinha sido implementado, e o que faltava implementar, e se o senhor Presidente e o seu executivo iam autorizar a implementação daqueles novos lugares, daqueles 1036 lugares, daqueles 1291 lugares que começaram a contar no dia 7 de maio do ano 4, e que ia levar o aumento do estacionamento tarifado por toda a cidade, em zonas que não tinham pressão e que não faziam nenhum sentido, isso é que interessava aos setubalenses, e o senhor tinha que responder, para além das sanções, e daquela cortina de fumo, que tentou lançar na opinião pública, aquilo que tinha que responder era se ia ou não permitir que o estacionamento tarifado continuasse a aumentar na cidade de Setúbal, porque isso estava previsto no contrato, e sobre isso nem uma palavra.

Sobre o aumento do estacionamento tarifado nem uma palavra, e, era isso que pretendiam saber.

Terminou dizendo que apresentaram uma proposta de recomendação, que continuava na sua gaveta, e essa proposta de recomendação dava resposta aos problemas dos setubalenses, porque focava naquilo que era essencial, falava na extinção total de zonas de estacionamento de duração limitada, nos Arcos, no Liceu, referia a extinção parcial da zona de estacionamento de duração limitada junto ao Vitória, falava na criação de bolsas de estacionamento exclusivas na Aranguês, no Quebedo, na Avenida Europa, na Praça de Touros, no Hospital e nos Combatentes, e isso, sim, isso interessava aos setubalenses, porque isso impactava diretamente no dia a dia de quem andava na cidade, de quem se



queria mover na cidade de transporte próprio. Isso é que interessava aos setubalenses, isso é que eram propostas interessarem.

Essa proposta tinha também a questão do bilhete diário nos lugares de estacionamento tarifado junto ao Livramento, e isso é que interessava aos setubalenses.

E, sobre isso, o senhor Presidente, até àquele dia, não disse uma única palavra. Trazia-lhes ali sanções, que aguardavam as suas explicações, para depois voltar, obviamente ao debate, porque era um debate interessante, mas que só acontecia, e isso não poderia ser escondido, porque houve uma decisão da CDU.

Houve uma decisão da sua antecessora, da sua ex-camarada, tinha havia uma decisão sua e do seu executivo de trazer o estacionamento tarifado para a cidade, por 40 anos, e com um brutal aumento de 500%.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que gostaria de responder a algumas questões colocadas pelo Vereador Fernando José que, infelizmente, não se preparou para aquela discussão.

A proposta tinha dois anexos, um dos anexos era a resposta apresentada pela empresa, que acabou por ser solicitada duas vezes pelo Vereador Fernando José, estava anexa à proposta, e tinha outro anexo que dizia respeito às reclamações, denúncias, recebida na Câmara de autos de notícia que foram passados para além das competências que tinha o concessionário.

Eram 5, eram aqueles que formalmente tinham conhecimento à data da deliberação de 27 de março, existiam muito mais, muitos deles reportados ali em Câmara, e naquele momento, bastava haver um, para ser aplicada uma sanção e para ser um comprovativo que foram extrapoladas a competências, no âmbito da fiscalização.

Adicionalmente à proposta, portanto, não sendo anexos à proposta, foram distribuídos documentos de apoio à tomada de decisão, foram enviados para todos os vereadores, aliás, parte desses documentos já tinham sido enviados à bancada dos vereadores do PS, depois da última reunião, em que trouxeram a intenção de aplicação de sanções, e que foram mais tarde consultados nos serviços e geraram discussão entre eles, e alguma alegação de alguma argumentação.

Concluindo, infelizmente o Vereador não se preparou para aquela discussão, trouxe, mais uma vez, uma série de ideias feitas, trouxe mais uma vez uma tentativa de desconstrução de todas as iniciativas tomadas pela Câmara, pelo órgão, e de todo o acompanhamento feito pelos serviços técnicos, pelo Vereador e pelo executivo em funções. Voltou mais uma vez mais, de forma intensa e ativa, à questão da narrativa sobre os autos de notícia. À data, sabiam que tinham sido anulados 400 autos de notícia, desde que os mesmos passaram a ser emitidos. E, foram pela iniciativa que a Câmara teve, mais uma vez, o órgão e a equipa técnica que acompanhava aquele contrato de concessão, porque foram indevidamente emitidos.

Sobre a proposta apresentada pelo PS, não era uma proposta, era uma recomendação, valia a pena dizer que a conheciam bem, ela foi trabalhada por eles, por alguma via teria chegado à mão dos vereadores do PS, e teria vindo a Câmara como uma proposta, sem qualquer ponderação jurídica e ponderação financeira, mas conheciam bem aquela proposta, porque ela foi tecnicamente trabalhada por eles.

Sobre o valor de aplicação de 1% ao dia, referente à não disponibilização de acesso à aplicação informática, ela decorria do caderno de encargos, portanto, mais uma vez revelava que não houve preparação para aquela discussão, ou pelo menos, não houve previamente alguma colocação de algumas questões, e sobre o valor.

Se o senhor Presidente tivesse de acordo, poderia ajudar àquela reflexão o Dr. Rui Ferreira, que dá uma preciosa ajuda no acompanhamento da concessão, poder dar alguma nota, não estavam tipificadas, nem naquele, nem na maioria dos contratos todas as contraordenações possíveis, aliás, duvidava que existisse algum contrato de concessão que tivesse a tipificação de todas as possíveis contraordenações a aplicar e, portanto, o valor era em função daquilo que era a apreciação que se fazia, no momento e com os dados conhecidos, era, como em tudo, quando havia uma decisão, porque é que seriam 5 anos de prisão e não seriam 6 ou não seriam 7.

(vozes de fundo)

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que não estava, havia um intervalo que depois era aplicado em função da avaliação.

**Dr. Rui Ferreira** – Disse que julgava que a questão era o modo como era determinado o valor da sanção, ou de cada uma das sanções, que era proposto serem aplicadas.

O contrato concessão e o respetivo caderno de encargos, e o código de exploração previa para alguns ilícitos valores concretos de sanção, designadamente para a retenção indevida de verbas, que devam ser entregues à concessionária, naquele caso, o contrato previa expressamente o valor de 1% ao dia, no entanto, como, aliás, acontecia na generalidade dos contratos de concessão, nem todos os ilícitos vinham tipificados, não havia um elenco fechado de ilicitudes possíveis na execução do contrato, ao contrário do que acontecia em matéria penal em que o Código Penal, tipificava incumprimento das normas constitucionais, todos os ilícitos suscetíveis de serem criminalmente sancionados.

Não havendo uma tipificação dos ilícitos aquilo que o Código dos Contratos Públicos exigia era que para a aplicação de sanções, essa possibilidade estivesse prevista no contrato, ou estivesse genericamente prevista no contrato e, de facto, o contrato de concessão previa alguns ilícitos concretos e tinha depois uma disposição geral que dizia que na generalidade “*passo a redundância*”, os diferentes incumprimentos de contrato eram suscetíveis de aplicação de sanção.

Ali chegados, face ao incumprimento, perguntava-se como era que se terminava o valor da sanção e porque é que era 5.000 € e não era 2.000 €, ou não era 10.000 €.

Esse era um problema muito difícil do direito, e do julgador de que quem aplicava a Lei, ali não penal, mas, apesar de tudo sancionatória, mas aquilo que diziam as boas práticas e a teoria era de que para a determinação concreta de uma sanção se devia ter em conta por um lado, a gravidade do ilícito, naquele caso concreto o prejuízo para o interesse público, a duração pela qual o ilícito foi praticado, e também a prevenção da prática de novos ilícitos, numa perspetiva também preventiva que as sanções deviam assumir. Era do conjunto da ponderação daqueles factos, e segundo aquilo que devia ser um juízo ponderado, proporcional e equitativo do julgador, e naquele caso, o julgador era a Câmara Municipal, porque seria a Câmara Municipal a aplicar, ou não, as suas as diferentes sanções, do conjunto daqueles princípios, e segundo esse juízo de proporcionalidade, e equidade e ponderação que se devia chegar ao quanto concreto de cada sanção.

Disse que a sua explicação era um bocadinho teórica, pediu desculpa por isso, mas a questão era ela própria um pouco teórica.

**Sr. Presidente** – Disse que esperava que o senhor Vereador Fernando José tivesse ficado mais bem esclarecido.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que sim, ao esclarecimento, porém ao esclarecimento levantava-se uma dúvida. Não entendia que cabendo ao julgador, Câmara Municipal de Setúbal, Vereadores da Câmara Municipal, que aquele processo, antes de vir a reunião, para uma decisão ponderada de todos os vereadores, até sobre os valores, deveria ter existido uma reunião preparatória, no sentido de analisarem em conjunto a aplicação daqueles valores. É que aquilo levava desde logo a uma divergência, é que os vereadores do Partido Socialista entendiam, pelo menos, relativamente a duas propostas de sanção que os valores deveriam ser outros. Deveriam ser mais elevados, e, nos termos do artigo 28.º, número 4 do regimento, poderiam fazer uma proposta nesse sentido.

E, era nesse sentido que perguntava se não entendia que teriam sido mais ponderado terem feito essa reunião, no sentido da proposta ir à reunião de Câmara, porque na generalidade concordavam, com a questão das sanções, embora, tivessem uma posição de fundo, de que efetivamente aquilo não iria resolver o problema dos setubalenses, porque como disse, e sobre isso não havia uma resposta ainda, da sua parte, é que aquilo que afetava os setubalenses era o aumento do estacionamento tarifado todos os meses. Sabia que custava ouvir.

**Sr. Presidente** – Disse que agradecia se o senhor Vereador tinha questões a colocar, que as colocasse, que fizesse as propostas, estava no sítio certo para apresentar as propostas e para os senhores Vereadores se pronunciarem sobre as mesmas.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não existia, como tinham ficado a perceber, uma fórmula, e, portanto, os senhores poderiam entender que era um valor, e eles poderiam entender que era outro valor, pela análise que tinham feito dos documentos, e não tinham toda a informação, como tinha dito, contrariamente àquilo que ali vinha informado.

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor Vereador tinha dito que tinha outras propostas a apresentar, agradecia que aproveitasse para as apresentar.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que primeiro queria ouvir algumas respostas. Tinham-lhe sido feitas perguntas. Questionou se não iria responder a nada. Tinham-lhe sido feitas várias perguntas, houve um esclarecimento prestado, mas enquanto Presidente da Câmara Municipal de Setúbal tinham-lhe sido feitas várias perguntas. A senhora Vereadora Rita Carvalho respondeu da forma como entendeu, respeitavam, mas continuavam sem estar esclarecidos.

Da parte do senhor Presidente cabia esses esclarecimentos às questões que foram levantadas, nomeadamente à questão do alargamento, do estacionamento tarifado. Relativamente à questão do anexo 9, se já tinha havido, ou não, resposta por parte da empresa, qual era o ponto de situação.

**Sr. Presidente** – Perguntou ao senhor Vereador se tinha à sua frente a proposta de deliberação 336/2024. Era isso que estavam a discutir, coisas concretas.

Disse que já tinham chegado à conclusão de que o senhor Vereador tinha dito que tinha propostas, mas não apresentava nenhuma proposta.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que lamentava, mas teria de fazer uma intervenção longa, porque politicamente, infelizmente, tinham sempre que ir ao passado para tentar perceber o presente.

Disse que de facto, aquele tema, disse numa última reunião de Câmara, que seria o tema daquele mandato. Tentou fazer um esforço de memória, de facto, não era, só um tema daquele mandato, era de mandatos pretéritos também. Ainda em 2017, recordava-se de o PSD ter liderado, com muitos outros cidadãos, muitas pessoas, muitos interessados, cerca de 5 mil assinaturas para impedir que houvesse algo parecido com aquilo que tinha sido deliberado num mandato anterior, e que estava em execução.

Recordava também, que houve tentativas anteriores de um estacionamento subterrâneo na Avenida Luísa Todi, e que curiosamente, não era em nenhuma daquelas localizações, nem a que estava prevista naquele contrato, nem aquela que foi objeto de alteração. Sabia que esse não era o tema que estava naquele ponto, mas era só para chegar a uma conclusão.

Era uma conclusão que se retirava facilmente, e não era preciso ser jurista para perceber isso, que era o tempo que demora àquela questão, fosse negociação, fosse análise, fosse conversa, levava, infelizmente, a uma conclusão, é que dificilmente se podia reverter aquele processo, e era isso que eles, enquanto PSD, lamentavam.

Infelizmente, não via, sinceramente, possibilidade em reverter aquele processo, porque, obviamente a empresa concessionária, por muito pouca razão que tivesse, teria sempre argumentos para esgrimir relativamente a esse ponto, e esse era aquele objetivo que tentariam alcançar durante as intervenções que tiveram sobre aquele tema.

Relativamente à proposta que lhes foi trazida de aplicação de penalidades, tal como na reunião em que foi trazida a proposta que foi objeto de notificação à empresa concessionária, continuavam a manter a nossa posição, de que era para apresentar e notificar essas penalidades à empresa concessionária. Pecava até por tardia, porque os abusos foram muitos, eram visíveis no dia a dia, agora não sabia, mas não tinham só os senhores que receberam queixas, eles também receberam, fossem verbais, fossem por escrito, sobre os abusos da empresa concessionária, mas também tinha que dizer em abono da verdade, e foi uma questão que levantou algumas vezes, que do lado da Câmara devia haver uma pessoa que devia gerir aquele contrato, devia acompanhar aquele contrato, devia ser o interlocutor para aquele contrato.

Não sabia se aquela pessoa existia, ou não, ou se alguma vez existiu. Uma pessoa em concreto que tratasse daquele assunto, pensava que isso não teria acontecido sempre, se era que existia naquele momento e tinha-se chegado àquele ponto, pensava que essa era uma falha.

Era sempre muito aborrecido, em que obviamente se pré-anunciava um litígio, que provavelmente decorria não só daquela deliberação, mas também das outras deliberações que tinham a ver com a alteração àquilo que era o objeto contratual, e do qual tiveram notícia através daquele email que receberam no gabinete do PSD, e de acordo com os destinatários vinha também o Gabinete do Partido Socialista e outros serviços da Câmara.

Infelizmente poderiam estar ali muito tempo, também poderia estar a discorrer tudo o pensava sobre aquilo, mas achava que já tinha sido mais do que dito, aquilo dava para fazer um livro, não sabia se de romance ou de outro género, se calhar dava para uma série de géneros, e pensava terem era que avançar, e a empresa teria todo o direito em reagir como entendesse àquela deliberação, mas não via outra solução se não avançarem.

**Sr. Presidente** – Disse que sobre o que acabou de dizer, era verdade que em 2013 foi elaborada uma proposta de estacionamento tarifado para Setúbal e, nessa altura, propunha-se um parque subterrâneo. Um parque subterrâneo por baixo da via da Avenida Luísa Todi que fazia a ligação entre o mercado do Livramento e o Fórum Luísa Todi. Essa proposta foi à Câmara Municipal, foi aprovada na Câmara Municipal e foi rejeitada na Assembleia Municipal.

Na altura estava no urbanismo e, era o principal responsável por essa proposta, porque entendia que uma cidade como Setúbal devia ter estacionamento tarifado, para salvaguarda dos interesses de todos os que vivem na cidade, de poder usar o espaço público, fruir o espaço público. Como sabiam que os carros continuavam a aumentar todos os dias, naquela cidade e em todas as outras cidades. E, era preciso salvaguardar os interesses e, os direitos dos outros cidadãos, mesmo daqueles que tinham carro, mas que não agarravam no carro para *“ir tomar um café à esquina”*.

Aquela era uma questão que defendia, e pensava que em 2013 já era tempo, não em 1994, quando pela primeira vez Setúbal tinha ficado com estacionamento tarifado, mas em 2013, essa era uma questão que avaliavam e que se justificava e, como disse, esse projeto, ou essa proposta, foi aprovada na câmara e rejeitada na Assembleia Municipal.

Depois participou num outro processo, que não tinha estacionamento subterrâneo, e atualmente, não defendia estacionamento na zona ribeirinha da cidade, incluindo na Avenida Luísa Todi, porque viviam numa cidade ribeirinha, todos os carros que entravam nas principais vias de entrada da cidade uma grande parte deslocava-se para a zona ribeirinha.

Daqueles que cá viviam, daqueles que viviam cá e usufruíam da cidade, em particular da zona ribeirinha, e daqueles que nos visitavam, e, como sabiam eram muitos, cada vez mais. Quando se tinha a responsabilidade da gestão do espaço público deviam refletir, e falar com quem sabia, daquelas questões.

Por isso, a sua posição era que não deveria haver parques de estacionamento subterrâneos na zona ribeirinha, até à Avenida Luísa Todi, porque os carros que entravam saíam todos pelo mesmo sítio, e sabiam o que isso significava em termos daqueles que queriam e tinham o direito de usufruir da cidade, do espaço público, de outra forma, que não fosse andar de carro.

Essa era uma responsabilidade de quem governava a cidade. Essa era a sua posição. A questão era que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovaram uma proposta e um contrato, e a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, faziam parte de um sistema democrático em Portugal, independentemente de uns concordarem, de uns votarem em favor, de outros votarem contra, o que era facto era que a instituição Câmara Municipal e Assembleia Municipal aprovaram um contrato.

E, presentemente, tinha essa responsabilidade, com o executivo da CDU, tinham essa responsabilidade, de assumir esse contrato, e de encontrar as melhores soluções, os melhores caminhos para defender os interesses dos setubalenses, era isso que faziam.

Como bem sabiam não era coisa fácil, para alguns parecia que era tudo fácil, aliás, já estava tudo resolvido, alguns pelas intervenções que faziam já tinham resolvido tudo, estava tudo resolvido, não se sabia era como.

Insistia que enquanto Presidente da Câmara tinha essa responsabilidade maior, com os vereadores, naturalmente, de gerir aquele contrato, e de procurar que ele servisse o melhor possível os interesses da cidade e dos setubalenses e, também, daqueles que os visitavam, porque era muito importante continuar a ter um número crescente de visitantes.

O caminho era feito, uns diziam que ia depressa, outros que ia mais devagar, o caminho era feito.

O que discutiam naquele dia era, no fundo, a concretização de uma proposta que veio à Câmara Municipal em março, que aprovaram, que a empresa, nos termos da Lei de um estado democrático em que viviam, teve a possibilidade de questionar aquilo que aprovaram ali, e presentemente estava ali a proposta que era a resposta dos serviços municipais, que avaliavam tecnicamente, juridicamente, com outros técnicos a participar, avaliavam a resposta e era isso que estava, naquele dia, em cima da mesa: *“votamos contra, votamos a favor, se temos propostas de alteração podem ser feitas, como era normal”*, e era continuar aquele caminho.

Como o senhor Vereador referiu, a empresa teria respondido, naquele dia, a outra proposta que a Câmara Municipal também aprovou, sobre uma matéria que não era aquela, era outra questão, que também foi aprovada na Câmara, e que a empresa teve essa oportunidade de responder. Iam ver o que a empresa respondia e iam continuar aquele trabalho. Naturalmente, que a fiscalização, da parte dos serviços municipais, continuava e que aquilo que não era cumprido, era feito o levantamento e que, a Câmara Municipal se havia de pronunciar. Quando chegasse a determinada altura, em que os nossos juristas, os nossos advogados, entendessem que aquele era um caminho que tinha de ser traçado de outra forma, naturalmente, que seguiriam esse caminho. Não vinham fazer declarações do passado, e depois enrolavam as coisas, não. Os setubalenses não queriam que andassem a enrolar as coisas, queriam que perante aquela responsabilidade que tinham de gerir aquele contrato que tomassem decisões e era isso que faziam.

Estava de acordo com o que o senhor Vereador dizia, era preciso decidirem sobre aquela proposta.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que em 2013 aquela Câmara Municipal aprovou uma proposta que incluía um parque de estacionamento subterrâneo, na zona nascente da Avenida Luísa Todi, foi aprovada com o seu voto favorável, o senhor era Vereador, nessa altura. Em, 2020, a Câmara Municipal e posteriormente, a Assembleia Municipal, aprovaram o contrato de concessão, com tudo aquilo que eram as obrigações, e os direitos da concessionária, nomeadamente, no que respeitava à criação do parque de estacionamento subterrâneo, também com o seu voto favorável, enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Em 2024 ouviram o senhor Presidente dizer que discordava totalmente da existência de parques de estacionamento subterrâneos.

**Sr. Presidente** – Disse que o *“totalmente”* era uma expressão do senhor Vereador.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Perguntou se concordava ou não concordava.

**Sr. Presidente** – Disse que o *“totalmente”* era uma expressão que o senhor Vereador tinha utilizado, era só para ficar registado em ata.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Diriam discordar, exceto se ele estivesse já contemplado num contrato de concessão que tinha de cumprir, seria essa a questão.

A verdade é que o estacionamento subterrâneo, que o senhor Presidente fez questão em os recordar, aprovado em reunião de Câmara 2013, era na zona nascente da Avenida Luísa Todi.



O estacionamento subterrâneo previsto no contrato de concessão, era na zona nascente da Avenida Luísa Todi, o senhor Presidente defendeu uma nova localização, a partir de março do corrente ano, já lhes disse anteriormente que avaliaram a localização, mas defendeu uma nova localização a meio da Avenida Luísa Todi, ou seja, a poente do cruzamento com a Avenida 22 de Dezembro.

Havia uma questão que se colocava que era saber se até ao final daquele mandato iriam assistir a mais alguma mudança de posição, relativamente àquelas questões, achava relevante terem essa informação.

**Sr. Presidente** – Disse que era irrelevante essas questões que o senhor Vereador colocava. Disse que agradecia que o senhor Vereador se cingisse àquela proposta que estava em discussão.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que efetivamente declarações sobre o passado, não resolviam os problemas. Aquilo que resolvia os problemas era efetivamente procurarem soluções, e tomarem decisões sobre o futuro, e foi precisamente nesse sentido que os vereadores do Partido Socialista apresentaram uma recomendação, com um conjunto de propostas que visavam efetivamente promover alterações no contrato.

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor Vereador Fernando José já tinha referido aquilo que estava a dizer. Assim é que não tomavam decisões, porque os senhores estavam naquela posição de arrastar as decisões.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que antes pelo contrário, e seria muito mais célere na sua intervenção se a pudesse fazer de uma única vez.

Como resposta à intervenção do senhor Vereador Paulo Calado, que efetivamente o contrato dificilmente poderia ser anulado, mas poderia ser melhorado, nomeadamente, através daquilo que eram propostas, eventualmente até com outras, que poderiam ser discutidas, com anulação das ZEDL 12 e 13, na zona dos Arcos e na zona do Liceu, como tinha sido proposto pelo Partido Socialista, bem como a criação de bilhetes de estacionamento diários no parque de estacionamento poente da Avenida Luísa Todi, a partir do Largo José Afonso em direção a poente, mas também com a extensão parcial da zona de estacionamento duração limitada 11, junto ao Vitória, bem como um conjunto de outras propostas que o Partido Socialista trouxe.

Trouxe uma recomendação, e a verdade era que as duas bancadas que estavam ali presentes para além da bancada do Partido Socialista, quer a do PSD, quer a CDU, recusaram votar essa recomendação, recusaram discutir, recusaram apreciar essas propostas, porque eram essas propostas e outras que quisessem eventualmente trazer, que permitiam procurar soluções, não estado concentrados naquilo que eram as declarações sobre o passado, mas acima de tudo procurar soluções, face aquilo que era *“hoje o nosso presente”*, e aquilo que queriam que fosse o futuro daquela concessão e o futuro do estacionamento tarifado à superfície na cidade de Setúbal.

**Sr. Presidente** – Disse que tinham ficado todos muito mais esclarecidos com aquela intervenção.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 337/2024 – Proposta n.º 67/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à aquisição e instalação de contentores destinados à deposição de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) e de hardware e software para controlo de acesso aos contentores, e de compostor comunitário (2.ª fase), no âmbito da candidatura de Recolha Coletiva de Proximidade de RUB – Setúbal – POSEUR - 03-1911-FC-000247 - Concurso Público N.º 01/2021/DAF/DICOMP/SECOMP**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 338/2024 – Proposta n.º 27/2024 – DOM/DIHAB – Acordo de princípio para promoção de projetos-piloto no âmbito da nova geração de cooperativismo para a promoção de habitação acessível**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 a 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que aquele acordo de princípio visava definir regras básicas de relacionamento entre o IHRU e o Município, e sobretudo definir as tarefas de cada um, e as tarefas que cabiam ao Município de Setúbal eram sobretudo procurar sensibilizar e mobilizar pessoas interessadas naquele processo.

No caso concreto de Setúbal, o projeto-piloto referia-se a 50 fogos, a construir perto da zona da Bela Vista, e de acordo com o processo de cooperação com o IHRU e de um trabalho desenvolvido pelo Município em Setúbal, junto da comunidade, das cooperativas, e de parceiros potencialmente interessados, revelaram interesse em participar 8 pessoas naquele processo, e aquela manifestação de interesse foi entregue ao IHRU, que, entretanto iria estabelecer relação com essas pessoas, e desenvolver o processo referido a essas pessoas. Entretanto, a questão que estava pendente naquele processo ainda, tendo em conta que havia lote de terreno e projeto de execução pronto para avançar com a obra, era a questão relacionada com a criação da cooperativa ou cooperativa interessada em construir, mas sobretudo a definição do mecanismo de financiamento.

Era um processo que estava em discussão com o governo anterior e com o IHRU, com o Banco de Fomento, e que ainda não estaria fechado, pelo menos há 15 dias. Esse acordo de princípio visava na prática viabilizar o avanço daquele processo, por um lado, do projeto-piloto, mas também de dar cobertura a outras intencionalidades de outros parceiros, para outros projetos no território do IHRU.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 339/2024 – Proposta n.º 28/2024 – DOMDIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito-Reabilitação de Habitações e Alojamento Provisório, no Bairro Forte da Bela Vista, em Setúbal**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que o título da proposta já tinha o conjunto da matéria, tratava-se de suspender as rendas dos nossos inquilinos, que habitavam no Forte da Bela Vista, no período em que estiverem fora da sua habitação, em alojamento temporário, até à reabilitação e regresso ao seu fogo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 340/2024 – Proposta n.º 29/2024 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito-Reabilitação de Habitações e Alojamento Provisório, no Bairro da Bela Vista, em Setúbal**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que era uma proposta semelhante à anterior, mas aplicada ao Bairro da Bela Vista em Setúbal, de forma que os moradores que estivessem fora das suas habitações, em alojamento temporário, não pagassem a renda. Estavam a trabalhar com 2 prédios de cada vez em circulação sucessiva para a reabilitação, e as pessoas estarem fora das habitações durante o período de reabilitação. Era só durante esse período que cada grupo de moradores, em cada momento, de cada prédio, não pagaria a sua renda.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Saíram da sala as senhoras Vereadoras Rita Carvalho e Sónia Martins.

**9. Deliberação n.º 341/2024 – Proposta n.º 63/2024 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 31/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para concessão de exploração de um terreno municipal para a remodelação, modernização e exploração dos campos desportivos do Choilo, em Azeitão – Adjudicação**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 a 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos a favor 4 da CDU e 4 do PS e 1 abstenção do PPD/PSD.

Regressou à sala a senhora Vereadora Rita Carvalho.

**10. Deliberação n.º 342/2024 – Proposta n.º 64/2024 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 26/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de implementação do Projeto Bairros Comerciais Digitais – Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 343/2024 – Proposta n.º 83/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Competições desportivas 2024**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 a 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 344/2024 – Proposta n.º 84/2024 – DCDJ/DICUL – São Domingos Futebol Clube / São Domingos a Bombar – Apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 e 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 345/2024 – Proposta n.º 86/2024 – DCDJ/DICUL – Festas do Senhor Jesus do Bonfim 2024 – Apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 e 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**14. Deliberação n.º 346/2024 – Proposta n.º 87/2024 – DCDJ/DICUL – Repartição de bilheteiras – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 347/2024 – Proposta n.º 88/2024 – DCDJ – Moto Clube de Setúbal – Apoio financeiro para a construção da nova sede social**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 a 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 348/2024 – Proposta n.º 89/2024 – DCDJ – Grupo Desportivo “Os Amarelos” – Apoio financeiro para obras na sede social**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 55 a 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 349/2024 – Proposta n.º 90/2024 – DCDJ – Centro Ciclista Azeitonense – Apoio financeiro para reabilitação de sede social**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 58 a 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Saiu da sala o senhor Vereador Fernando José.

**18. Deliberação n.º 350/2024 – Proposta n.º 106/2024 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição – Processo N.º 32/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Regressaram à sala a senhora Vereadora Sónia Martins e o senhor Vereador Fernando José.

**19. Deliberação n.º 351/2024 – Proposta n.º 107/2024 – DURB/DIGU – Emissão de parecer desfavorável a PIP para operação de loteamento – Processo N.º 39/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 352/2024 – Proposta n.º 108/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações – Processo N.º 393/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Saiu da sala o senhor Vereador Paulo Calado.

**21. Deliberação n.º 353/2024 – Proposta n.º 109/2024 – DURB/GAPRU – Indeferimento do projeto de arquitetura – Obras de ampliação e alteração do edifício – Processo N.º 199/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Entrou na sala o senhor Vereador Paulo Calado.

**C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sra. Cecilia** – Disse que o seu marido estava hospitalizado e veio no seu nome. Disse que em 2019 deram baixa da esplanada “O Saca-Rolhas”, e fecharam devido à Pandemia. Foram ao edifício ao pé da nova rodoviária e ficou tudo esclarecido. A senhora que os atendeu tratou das coisas para dar baixa da esplanada, mas ao fim de todos aqueles anos apareceu-lhe uma carta com quase 3.000 € para pagar, devido à esplanada.

**Sr. Presidente** – Disse para a senhora Cecília falar com a senhora Vereadora Rita Carvalho para esclarecerem esse assunto.

**Sr. José Carlos** – Disse ser administrador da JCNF. Disse que antes de ir ali tentou, por todas as vias, obter uma solução, mas que não a conseguiu alcançar.

O Município contratualizou com a empresa a reabilitação exterior do Bairro das Manteigadas. A obra decorreu numa situação adversa, face ter enfrentado a pandemia e os seus confinamentos.

A falta de mão de obra e, por fim, um acréscimo anormal e abrupto dos preços dos materiais e, de mão de obra, a que se somaram também as imensas alterações e trabalhos complementares. Apesar desses constrangimentos, a empresa de tudo fez para honrar os compromissos que assumiu.

Apesar de diversas advertências, por parte da empresa, as soluções de carácter económico-financeiro, essenciais para conseguir dar sequência aos trabalhos, tardavam e não aconteciam.

Em maio de 2023 já após a empresa ter reclamando, há mais de um ano, a necessidade de equilibrar financeiramente a obra, tinha sido chamado a uma reunião, onde finalmente se vislumbrou uma solução, o Município iria aprovar o pedido de revisão extraordinária de preços, que já tinha sido vertida em Lei em maio de 2022. Com essa condição, a empresa iria imprimir um novo ritmo os trabalhos, tendo ficado assente que a empresa imprimira um novo ritmo com a aprovação e pagamento da revisão de preços extraordinária.

A empresa não aguardou a aprovação da revisão de preços extraordinária e, confiando, endividou-se mais ainda, para conseguir colocar novamente a empreitada em bom ritmo. Mas a revisão de preços e extraordinária demorou imenso a aprovar, e o que era para ser aprovado, e pago num espaço de 60 a 90 dias àquela data, volvido um ano, estava aprovado, mas não estava pago. Além de não terem recebido o valor referente à revisão de preços extraordinário, ainda se somaram de faturas de decurso normal dos trabalhos, tendo que, naquele momento, no último ano tinham sido faturados 710.736,30 € dos quais tinham recebido 96.265,78 € numa obra de 1,3 milhões de euros.

Facilmente todos perceberiam que era impossível conseguir trabalhar naquelas condições, mas como se não bastasse, e depois de tudo tentar receber pelo menos uma parte do valor em dívida, receberam uma notificação do dono da obra que, por um lado, afirmava estarem atrasados e, por isso queria-nos multar e, por outro, dava-lhes um prazo para concluir os trabalhos que não era tecnicamente possível. Isso sem nunca os informar da solução para a condição essencial que era, quando é que lhes iam pagar.

Tinham, portanto, uma situação redundante, não conseguiam fazer mais, nem mais depressa, porque o dono da obra não lhes dava as condições.

A falta de condições impedia-os de prosseguir, e de realizar os trabalhos, muito menos no tempo pretendido.

O dono da obra, face a não conseguirem fazer o que lhes ordenava, porque o próprio dono da obra o impossibilitava, criou a condição que tinham.

Disse serem pessoas de bem, e em mais de 30 anos de trabalho, nunca deixaram obras por acabar. Em 30 anos, nunca deixaram de pagar os ordenados aos funcionários, nunca se furtaram ao diálogo, e a procurar soluções, fosse pelo que fosse, razão pela qual não entendiam o posicionamento do dono da obra, e continuavam a colocar-se ao dispor para encontrar uma solução que fosse viável para ambos. O que procuraram e não obtiveram disponibilidade para o diálogo.

Não podia deixar de referir estarem naquela situação porque nunca abandonaram a obra, porque procuraram sempre ultrapassar todos os obstáculos, e fizeram sempre tudo para contornar as dificuldades, o que tornava aquela situação, para além de ilegal, profundamente injusta, e de alguma forma aquela empresa era castigada por de tudo ter feito para levar a obra até ao fim.

**Sr. Presidente** – Disse que não tinha informação sobre o andamento daquela obra.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse achar importante o senhor José Carlos ir ali falar daquela matéria, mas contou uma pequena parte da história, que era a parte da história que lhe dava jeito falar.

Aquela empresa antes de começar a obra já levantava dificuldades em executar a obra. Trabalhou com centenas de empresas, ao longo de todos aqueles anos, e nunca trabalhou com uma empresa que antes de começar já dizia que não o conseguia fazer, e que precisava de uma ajuda inicial, depois não arranjava material. Havia problemas de mão de obra em todo o lado, tinham problemas de material em todo o lado, os preços aumentaram em todo o lado, mas naquela empresa aumentou tudo mais e, as dificuldades foram todas maiores. Era uma empresa em que estava atrasada 2 anos, na execução da obra, uma empresa que teve adiamentos, prorrogações de prazo de 498 dias, dos quais 202 gratuitos, o que queria dizer que não tinha justificação técnica, mas deram essa possibilidade, procuraram ajudar, reuniu com a empresa, colocou à empresa a questão de que se não tinha capacidade de fazer a obra, sair e entregar a outra empresa, e não quiseram fazê-lo.

Era uma situação que se arrastava durante todo aquele tempo. Havia uma questão que o senhor disse ser verdadeira, que houve uma revisão extraordinária de preços no valor de 300 mil euros, evocou parar a obra devido a não se pagar a revisão extraordinária de preços, essa revisão chegou já depois do prazo final da obra, portanto, legalmente não havia essa possibilidade.

Entregou faturas erradas, entregou faturas que não podiam pagar, faturou antes da fiscalização dizer os valores, enfim, várias coisas. Naquele momento o que tinham era uma decisão, tendo em conta que aquela obra impedia o andamento normal de outra obra.

Tinham duas obras na Manteigada, tinham uma obra de eficiência energética que tinha a parte exterior, que era a obra referida pela JCNF e que estava adjudicada, mas naquele momento, outra empresa, a Tecnogran trabalhava nas casas. Precisavam resolver o problema daquela obra para fazer o trabalho nas casas.

Desde o início do processo, mediou um prazo anormal entre a adjudicação e a consignação, houve muitas dificuldades em arrancar com a obra, o que lhes fez suspeitar que a empresa teria muitas dificuldades em levar à prática a obra, e terem proposto a hipótese de transitar a obra para outra empresa. Deram um último prazo, esse último prazo não tinha sido cumprido, tinham uma multa sobre a não execução desse último prazo.

Poderiam ter uma multa sobre "n" prazos anteriores, mas foi sobre esse último prazo de 369 mil euros, o prazo corria, não resolvendo a obra até 30 de junho, que foi o prazo que deram, que não foi um prazo dado à toa, era um prazo dado com 2 anos de atraso da execução da obra, poderia crescer aquela multa mais 100 mil euros, ou 90 mil euros.

Havia uma decisão, foi notificada à empresa, assinou naquele dia a última notificação, no sentido de se fazer uma vistoria para a receção provisória da obra no estado em que estava, faltava resolver 18% da obra, e outra empresa faria o resto da obra.

Ao fim de todo aquele tempo, de tanta insistência, tanta dificuldade, já não havia tempo a perder e precisavam muito rapidamente de fechar aquela obra. Entendiam que aquela empresa não revelou condição, nem capacidade de fechar a obra, a ideia era mesmo concluir no estado em que estava e encontrar outra empresa que concluísse os tais 18%.

Era esse o ponto em que estavam, eventualmente aquilo acabaria tudo em tribunal, era a vida, não podiam continuar a arrastar um processo que começou a arrastar-se antes de começar.

Naquele sentido pensava que o que tinha dito o senhor tinha alguma verdade, mas era muito pouco da história.

Eram processos, procedimentos e passos dados com grande sustentabilidade legal, procurando dar tempo e espaço, e insistiu, foi dada prorrogação de 498 dias, numa obra de 540 dias. Era disso que falavam.

O que queria dizer que era uma anormal dificuldade de uma empresa, que trabalhou num período de grandes dificuldades, mas, em que muitas outras empresas tinham trabalhado



num período de grande dificuldade e não tiveram esse tipo de comportamento nem aquelas dificuldades concretas.

Voltou a insistir, houve um dado momento, pensava que passados 6 meses, naquele momento não podia precisar, poderia saber exatamente o dia da reunião, tinham colocado à empresa: *“não tem capacidade? Faça favor, ceda a pressão contratual a outra empresa e vamos trabalhar”*.

Disseram: *“não, vamos arrancar, vamos conseguir”*, e depois andamos nisto, em conversa sucessiva, sucessiva, sucessiva”, até chegarem àquele ponto em que entenderam que não havia mais tempo a perder na conclusão daquela obra, e tinham muita dificuldade em aceitar que a empresa a pudesse concluir nos prazos estabelecidos, na medida em que nunca cumpriu um prazo.

Poderia fazer-se um relatório com os prazos todos, com as datas todas, com os processos todos, e era fácil de perceber, entendendo que o prazo da obra, o período da obra, o período que arrancou foi o período no final da pandemia, e que houve dificuldades de materiais, e de recursos humanos, etc., mas como disse, aquela foi a situação que encontraram.

Todas as empresas que trabalhavam com eles naquela altura, e que não tiveram aquele tipo de comportamento, já tinham acabado as obras há imenso tempo.

**Sr. José Carlos** – Disse que tinham sido feitas acusações que tinham de ser fundadas.

**Sr. Presidente** – Disse haver regras, mas se os senhores Vereadores não vissem inconveniente fariam um acordo, e dava-lhe mais 3 minutos, mas achava que não resolviam assunto nenhum ali, nem com essa intervenção. O senhor foi ali e colocou a sua questão, tinham todos ficado a saber daquela dificuldade. O senhor Vereador falou em anos de trabalho, e em situações que ali não tinham a possibilidade de avaliar. Mas respeitavam muito quem ali ia, vinham por razões que lhes assistiam e que respeitavam, independentemente de poderem concordar ou não, nem tinham condições para avaliar.

Disse que saia do regulamento, já tinham falado, naquele dia, sobre a importância de cumprir o regulamento. Sobre a intervenção do público o regulamento era muito claro, era só uma intervenção, mas tinha em conta aquela situação, que era difícil para a empresa e também para a Câmara.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que independentemente daquilo que disse, o senhor propôs diálogo, e estava disponível para marcar uma reunião, no dia seguinte, ou depois, ou para a próxima semana, acertar uma reunião, para fazer outra tentativa.

Disse que não acreditava muito, mas aceitava essa possibilidade, e iriam conversar, sendo que o processo que estava em marcha, estava em marcha, iriam conversar e veriam se o processo que estava em marcha parava, mas em princípio não pararia, só se tivessem a garantia absoluta que as coisas iriam acontecer.

E, naquele momento não tinham essa garantia, e insistiu, a empresa teve 145 dias de prazo e tinha-se comprometido a cumprir e não cumpriu, como não cumpriu com outros.

Estava disponível, poderia marcar no fim da reunião uma data e conversavam, e avaliariam as coisas com os papéis na mão, porque havia um processo imenso daquela empresa e, daquela obra, mas estava disponível para fazer essa reunião com o senhor.

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor José Carlos fez uma apresentação, mas como deveria compreender não iam ali resolver nenhum problema. Achava que a disponibilidade do senhor Vereador, que acompanhava o processo, para continuar com o diálogo era positivo, achava que era a melhor via para se encontrar algum caminho.

**Sr. José Carlos** – Agradeceu, e aceitou a disponibilidade do senhor Vereador. Disse que o que mais tentaram era uma reunião com alguém que conseguisse também dar e tomar decisões e dizer como iria resolver aquilo que era o incumprimento por parte do dono da obra. Teve o cuidado de elencar todo o argumentário do senhor Vereador, mas a verdade é que a



questão essencial não teve resposta: "OK, mas quando é que nos pagam?" ou, pelo menos, "quando é que lhes pagavam uma parte?" Precisavam inevitavelmente de fazer face a compromissos que eram de carácter económico-financeiro. Era isso que lhes impediu de fazer a obra nos prazos.

O que procuraram nos últimos meses era exatamente uma reunião com quem de direito, uma vez que a nível técnico não lhes conseguiram dar resposta, para desbloquear aquela situação.

O senhor Vereador fez questão de falar em 400 dias, mas tinha-se esquecido que todos eles estavam devidamente justificados, com trabalhos complementares, com falta de mão de obra, com a pandemia e com confinamentos.

O senhor Vereador que dissesse quando é que os podia receber, dariam prioridade aquele assunto, porque obviamente era prioritário, mas gostariam por parte do dono da obra que viesse para uma reunião com um diálogo construtivo. Estavam disponíveis para as suas obrigações, mas o dono da obra também tinha de estar.

Se fosse assim, com certeza chegariam a um consenso, se não fosse, se fosse para tentar desde logo dizer que aquilo era tudo para ir para tribunal, então não valia a pena tentarem, e gostariam, obviamente de levar a obra até ao fim, e achava que também queriam isso, porque seria o melhor para os setubalenses e tinha ouvido isso várias vezes naquela tarde.

**Sr. Presidente** – Agradeceu ao senhor José Carlos a sua ida ali.

Disse que tinham de fazer uma reunião extraordinária dia 11 às 9 horas e 30 minutos, era apenas uma proposta. Era a proposta de candidatura da Arrábida à "Reserva da Biosfera da Arrábida". Obedecia a prazos que tinham de cumprir, 3 municípios tinham que aprovar, todos estavam a fazer esse esforço.

A proposta já poderia ser disponibilizada, fariam isso no dia seguinte e, os senhores Vereadores teriam acesso. Era uma candidatura que envolvia a Associação de Municípios, a Câmara de Setúbal, a Câmara de Palmela, a Câmara de Sesimbra e o ICNF.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e trinta e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 04 de setembro de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 44 folhas numeradas.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Aldora Poeira  
Vitor Marcos

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio

